

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCOS PAULO SOUSA DA SILVA

PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO CONCURSO PRÓ-CULTURA NO
RIO GRANDE DO SUL EM 2019: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Porto Alegre – RS

2021

MARCOS PAULO SOUSA DA SILVA

**PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO CONCURSO PRÓ-CULTURA NO
RIO GRANDE DO SUL EM 2019: CONTINUIDADES E RUPTURAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, tendo como orientadora a Professora Doutora Carmem Zeli de Vargas Gil.

Porto Alegre – RS

2021

MARCOS PAULO SOUSA DA SILVA

**PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO CONCURSO PRÓ-CULTURA NO
RIO GRANDE DO SUL EM 2019: CONTINUIDADES E RUPTURAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, tendo como orientadora a Professora Doutora Carmem Zeli de Vargas Gil.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Carmem Zeli de Vargas Gil (Orientadora)
Departamento de Ensino e Currículo/UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Caroline Pacievitch
Departamento de Ensino e Currículo/UFRGS

Prof. Dr. Ianko Bett
Museu Militar/Comando Militar do Sul

Porto Alegre – RS

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me confortado durante minha jornada na graduação, me dando forças e suporte espiritual para nunca desistir desse objetivo por mais de vinte anos.

À minha família, que me ensinou pelo exemplo e, mesmo à distância, me incentivou a continuar trilhando o caminho da educação. Aos meus pais, que mesmo diante de todas as dificuldades conseguiram formar seus três filhos, nos proporcionando condições diferentes da sua própria realidade.

À minha esposa e à minha filha, pelo apoio incondicional em todos os meus planos e por entender os meus momentos de angústia, dúvidas e ausências do nosso lar. Vocês são minha fortaleza e minha inspiração para continuar melhorando como marido e pai. Amo vocês.

Aos colegas das quatro instituições pelas quais passei nessa minha jornada acadêmica – Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – vocês também são parte dessa minha formação.

Aos amigos de trabalho, que conheci nas minhas experiências profissionais pelos quatro cantos desse Brasil, agradeço pela paciência e pela amizade.

Aos meus professores, que em nome dos quais, agradeço à professora Carla Beatriz Meinerz, que me fez enxergar os motivos pelos quais assumimos o compromisso com a educação, por meio da escrita de um memorial descritivo da minha trajetória na graduação.

À minha professora orientadora Carmem Zeli de Vargas Gil, por ter me apresentado a Educação Patrimonial durante os estágios obrigatórios e por ter embarcado comigo no grande desafio de escrever esse trabalho de conclusão. Suas orientações foram valiosas e suas ideias possibilitaram a escrita deste trabalho. Muito obrigado!

“A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se não os houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas”.

(Lucien Febvre)

RESUMO

Este estudo analisa os projetos de Educação Patrimonial elaborados por municípios gaúchos, no âmbito do Concurso Pró-cultura 2019 para identificar concepções e tipos de Patrimônio Cultural que emergem dos mesmos, assim como a relação destes patrimônios com as ações de Educação Patrimonial desenhadas nos projetos. As fontes deste estudo são, portanto, os 28 projetos vencedores do Concurso Pró-cultura (2019), da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (Edital nº 01/2019). O procedimento metodológico utilizado envolveu a localização e análise dos projetos, assim como o estudo bibliográfico sobre o Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Com a análise do objeto e das justificativas dos projetos vencedores foi possível identificar, em algumas propostas, critérios para atribuição de valor patrimonial com tendências preservacionistas ligadas a uma colonialidade ainda presente, afastando o diálogo, a reflexão e a crítica, pressupostos para uma educação patrimonial efetiva. Porém há rupturas com a discussão de patrimônios imateriais, embora ainda prevaleça o patrimônio associado a herança cultural.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Pró-cultura RS.

ABSTRACT

This study analyzes Heritage Education projects prepared by municipalities in the state of Rio Grande do Sul, within the scope of the 2019 Pro-Culture Contest, to identify concepts and types of Cultural Heritage that emerge from them, as well as the relationship of these heritages with the Heritage Education actions designed in the projects. The sources of this study are, therefore, the 28 winning projects of the Pro-cultura Contest (2019), by the State Department of Culture of Rio Grande do Sul (Public Notice Nº. 01/2019). The methodological procedure used involved the location and analysis of the projects, as well as the bibliographical study on Cultural Heritage and Heritage Education. With the analysis of the object and the justifications of the winning projects, it was possible to identify, in some proposals, criteria for attributing heritage value with preservation tendencies linked to a still present coloniality, distancing dialogue, reflection and criticism, assumptions for heritage education effective. However, there are ruptures with the discussion of intangible heritage, although heritage associated with cultural heritage still prevails.

Keywords: Patrimonial Education. Cultural heritage. Pro-culture RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões de influência étnica no Rio Grande do Sul	49
Figura 2 – Distribuição dos projetos por regiões de influência cultural	50
Figura 3 – Projeto de Educação Patrimonial de Campo Bom (Pão de Laranja)	56
Figura 4 – Projeto de Educação Patrimonial de Picada Café (Educando pelos caminhos do patrimônio)	57
Figura 5 – Projeto de Educação Patrimonial memórias de São Francisco de Paula	57
Figura 6 – Projeto de Educação Patrimonial Nossa gente! Unsere Leute – Mun. Feliz	58

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Formulário Padrão (Anexo I) do Edital nº 01/2019 SEDAC	65
Anexo 2 – Tabela informativa com os critérios de seleção dos projetos do Edital nº 01/2019 da SEDAC	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A trajetória da Educação Patrimonial no Brasil	27
Quadro 2 – Resultado final do Edital nº 01/2019 SEDAC – Municípios contemplados	36
Quadro 3 – Patrimônio em destaque	40
Quadro 4 – Relação entre a Educação Patrimonial e o Patrimônio em destaque	41
Quadro 5 – Relação entre Patrimônio em destaque e suas representações	44
Quadro 6 – Concepções de Patrimônios distribuídos por área de influência cultural	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Bens tombados no Brasil até 2019/por períodos	22
Gráfico 2 – Bens tombados no Brasil até 2019/por regiões	22
Gráfico 3 – Ferramenta propositiva dos projetos do Concurso Pró-cultura 2019	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU – Advocacia-Geral da União

CEDUC – Centro de Educação Patrimonial

CF – Constituição Federal

CNRC – Conselho Nacional de Referência Cultural

DOU – Diário Oficial da União

FAC – Fundo de Apoio à Cultura

FEE – Fundação Economia e Estatística

GEDUC – Gerência de Educação Patrimonial e Projetos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibram – Instituto Brasileiro de Museus

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Rio Grande do Sul

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho

PPCM – Política de Patrimônio Cultural Material ()

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SEDAC – Secretaria de Estado da Cultura

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [1937-1946]

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ESTUDOS TEÓRICOS DA METÁFORA PRESERVACIONISTA	16
2.1 Patrimônio Cultural	17
2.2 Educação Patrimonial	26
3 PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO PRÓ-CULTURA 2019.....	32
3.1 Projetos municipais vencedores do concurso Pró-cultura no Rio Grande do Sul.....	33
3.2 Concepções de patrimônio dos projetos	35
3.3 Os patrimônios em destaque nas ações de Educação Patrimonial nos projetos analisados	48
3.4 Entrevistas e acompanhamento de projetos em execução	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS.....	65

1 INTRODUÇÃO

No início de 2021, durante a cerimônia de posse dos vereadores eleitos na capital do Rio Grande do Sul, cinco parlamentares se recusaram a cantar o hino estadual. O fato ganhou grande repercussão, acalorando os debates sobre as questões raciais no estado, e foi amplamente divulgado na imprensa gaúcha, demonstrando que o assunto está longe de ser pacificado. Segundo o site Uol Notícias¹, a bancada negra da Câmara afirma que o trecho do hino do estado “povo que não tem virtude acaba por ser escravo” apresenta cunho racista.

Diante disso, outros parlamentares cobraram dos manifestantes disciplina e respeito aos símbolos, posição também defendida pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Esse grupo, em comunicado assinado pela diretora Julia Graziela Azambuja e publicado amplamente na imprensa local, afirma que o hino “não tem nada de discriminatório, diz respeito a uma submissão da então Província de São Pedro ao Império, no período da Revolução Farroupilha”.

O Hino como patrimônio é palco de intensas disputas de poder. Assim compreendido, o patrimônio cultural é pensado como uma construção que implica relações de poder, escolhas e seleções. Por exemplo, o que escolhemos preservar como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul? Segundo levantamento publicado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o estado gaúcho tem a maior população, em números absolutos (157.599), de pessoas praticantes das religiões de matriz africana². Por outro lado, de acordo com os dados publicados na página do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2021, o Rio Grande do Sul não possui nenhum território relacionado a essas práticas religiosas tombado como patrimônio cultural.

O patrimônio cultural preservado foi assim escolhido, protegido, cuidado e disso resultou a constituição de um acervo que precisa ser tencionado, problematizado e ampliado com narrativas de diferentes grupos sociais. É sobre isso que trata este trabalho: das concepções de patrimônio cultural explicitada nos projetos de Educação Patrimonial, inscritos no Edital de Concurso Pró-cultura da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul – (SEDAC) nº 01/2019 - Fundo de Apoio à Cultura (FAC): Educação Patrimonial.

¹ Uol Notícias: matéria online publicada em 05/01/2021 e atualizada em 21/01/2021 em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/05/vereadores-se-recusam-a-cantar-hino-do-rio-grande-do-sul-por-trecho-racista.htm>.

² Fonte: Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/22107?tipo=ranking&indicador=22463>. Acesso em: 10 MAIO 2021.

O Pró-cultura³ é o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes de incentivos a contribuintes e do Fundo de Apoio à Cultura. A aplicação dos recursos do FAC deverá apoiar novas iniciativas culturais e estimular projetos que, independente da proposta, sejam detentores de reconhecido mérito cultural.

No mês de março de 2019 a Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC/RS) lançou o Edital nº 01/2019 para promover ações de Educação Patrimonial e contemplou 32 (trinta e dois) municípios gaúchos com recursos do FAC. Foram inscritos pouco mais de 70 projetos para as três faixas de premiação – R\$ 25 mil (10 projetos), R\$ 50 mil (16 projetos), e 75 mil (6 projetos) – totalizando um investimento de um milhão e meio de reais.

Como será melhor explicado no segundo capítulo, entendemos que a Educação Patrimonial foi pensada para promover o conhecimento sobre o patrimônio. Nessa concepção, para preservar os bens culturais brasileiros, seja por evasão de artefatos arqueológicos, seja furto de peças de museus e arquivos, buscou-se, por meio das ações educativas, criar vínculos afetivos para estimular a preservação. Hoje essa prerrogativa tem sido pensada a partir de ações mais participativas e de escuta das comunidades sobre os patrimônios. Portanto, também na formação de professores e no ensino de História, na proposição de operar com o patrimônio na perspectiva do debate das memórias e nas seleções patrimoniais.

Nesse sentido, diante do grande desafio que é desenvolver ações educativas mais participativas, esse estudo busca identificar as concepções de patrimônio apresentadas nos projetos de Educação Patrimonial vencedores no Concurso Pró-cultura⁴ do Rio Grande do Sul, em 2019.

Esse trabalho está pautado nos seguintes objetivos específicos: i) relacionar os bens históricos e/ou culturais que foram escolhidos para serem objetos das propostas de Educação Patrimonial, ii) analisar os projetos municipais vencedores do concurso Pró-cultura no Rio Grande do Sul, em 2019, identificando as suas concepções e o patrimônio em destaque nos projetos; e iii) construir reflexões sobre diferentes formas de propor ações de Educação Patrimonial que visibilizem sujeitos e patrimônios subalternizados.

³ Decreto nº 47.618, de 02 de dezembro de 2010, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=55424&hTexto=&Hid_IDNorma=55424> Acesso em: 19 de maio de 2021.

⁴ Edital SEDAC nº 01/2019. Concurso Pró-cultura RS do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, que contemplou 32 (trinta e dois) municípios gaúchos para realização de projetos de Educação Patrimonial. Edital completo na página eletrônica: <<https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190841/27144142-edital-sedac-01-2019-fac-educacao-patrimonial.pdf>>

Parte-se da hipótese de que a política de preservação do patrimônio cultural no Rio Grande do Sul⁵, aplicada à Educação Patrimonial, apresenta características hegemônicas eurocêntricas, ligadas à forte influência europeia na colonização local, subalternizando memórias vinculadas aos grupos populares.

Para atender aos objetivos indicados, foi realizada uma análise qualitativa dos 28 projetos de Educação Patrimonial do Concurso Pró-cultura 2019 que estavam disponíveis no site do Portal da Transparência do estado, identificando objetivos, justificativas, patrimônio em destaque e dimensão propositiva dos projetos, ou seja, o que estava se propondo a fazer com o patrimônio escolhido.

O que se buscou com essa metodologia foi realizar um levantamento amplo de informações, promovendo a sua descrição e a sua interpretação e abrangendo a sua complexidade, a partir do seu alinhamento com os pressupostos teóricos defendidos por Átila Tolentino para a Educação Patrimonial e definidos para a pesquisa.

A bibliografia que embasou esse estudo ajudou a construir breves reflexões sobre as principais transformações ocorridas no campo do patrimônio e os debates acadêmicos mais atuais sobre a Educação Patrimonial no Brasil.

Nesse sentido, inspirados nas disciplinas bases deste trabalho, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, construímos o referencial sobre patrimônio na obra da Maria Cecília Londres Fonseca (2005), que aborda a política de preservação e faz um apanhado geral sobre os rumos tomados pela questão do patrimônio em âmbito nacional. Apresentamos, ainda nesse contexto, as perspectivas de patrimônio de Ailton Krenak (2015). Para o conceito de Educação Patrimonial, recorre-se aos estudos sobre as políticas de preservação de Fernando Siviero (2015), a relação entre o patrimônio cultural e a sua preservação de Simone Scifoni (2012), e a abordagem sobre ações educativas de Átila Tolentino (2016 e 2018).

O trabalho é composto de dois capítulos centrais. No primeiro, encontra-se uma discussão sobre: i) ações importantes para o debate sobre o patrimônio brasileiro nos séculos XX e XXI; ii) a institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro; iii) alguns instrumentos e estratégias de preservação usados pelo IPHAN; iv) a importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural; v) as políticas ligadas à educação patrimonial (de)colonial, identidades, relação de poder e ações afirmativas federais e no Rio Grande do Sul. Ainda nesse contexto das práticas de preservação do

⁵ Sobre a preservação do patrimônio no Rio Grande do Sul ver ZAMIN, Frinéia. Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o estado. 2006. Ainda sobre o tema, complementa MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008.

patrimônio cultural, foram identificadas algumas intercorrências sofridas ao longo dos anos e o engajamento das comunidades no reconhecimento e na preservação do seu patrimônio.

No segundo capítulo, apresentamos a análise dos projetos vencedores do Concurso Pró-cultura da SEDAC - 2019, identificando as diferentes concepções de patrimônio pensadas para as ações de Educação Patrimonial, as justificativas propostas, o patrimônio em evidência, os conceitos, o objeto e o público. Para tanto, além das informações publicadas nos processos de inscrição, foram realizadas duas entrevistas virtuais com as idealizadoras dos projetos nos municípios e busca de pistas sobre a execução de dois projetos concluídos.

2 ESTUDOS TEÓRICOS DA METÁFORA PRESERVACIONISTA

Este capítulo traz reflexões sobre o marco teórico dessa pesquisa, articulando dois eixos temáticos: o Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial. Transversalmente a esses eixos, outras temáticas relacionadas principalmente ao patrimônio (herança cultural, colonialidade, referência cultural, regiões culturais, entre outras) foram utilizadas para a construção de um breve panorama local.

Mesmo com todas as dificuldades e os conflitos presentes nesses dois campos, ligados essencialmente a ideologias de governos, retomamos os principais debates acadêmicos que envolvem uma reflexão crítica de como a preservação do patrimônio cultural e, por consequência, de como as ações educacionais foram executadas no Brasil antes mesmo da concepção do Serviço de Proteção Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937.

É importante entender que as políticas de preservação do patrimônio, como tábua de salvação para a salvaguarda dos bens, representaram os anseios federais por décadas, depois da instituição do SPHAN. Entretanto, pelo menos nos últimos 20 anos, essa abordagem acrítica não representa o desafio educacional de se construir um debate pautado na alteridade.

Para tal desafio é necessário discutirmos questões relacionadas à valorização do patrimônio por meio das ações democráticas de educação patrimonial. Nesse diálogo pode aflorar um olhar diferenciado para o patrimônio, fazendo com que este passe a ser mais visto e valorizado. Sobre essa possibilidade, Simone Scifoni (2012) chamou a atenção para todo o potencial oferecido por cidades e sítios urbanos tombados, mostrando que, nas últimas duas décadas, a educação patrimonial superou as mediações centradas nos acervos ou em construções isoladas, situando-as “como documento da história e de cultura, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas” (SCIFONI, 2012, p. 30).

Ainda, nesse mesmo sentido, Scifoni (2012) questiona sobre o que preservar, porque preservar e para quem preservar. Essa reflexão sobre o termo preservação precisa envolver toda a sociedade, pois somente por meio dessa representatividade “ela se apropria da palavra pertencimento em seu aspecto afetivo e não veja só um monumento ou uma manifestação cultural como algo distante dela” (DROPA, 2016, p. 74).

Na primeira seção, buscamos trabalhar os conceitos de patrimônio, identificando a origem do termo e a sua representação ao longo do tempo. Foi utilizada como parâmetro teórico a bibliografia da disciplina de Patrimônio Histórico-Cultural do Curso de História da UFRGS e as suas referências. A vasta literatura apresentou conceitos importantes sobre a

construção das identidades nacionais e os reflexos teóricos dessas ações na representação simbólica do patrimônio preservado.

A segunda seção apresenta os debates no campo da Educação Patrimonial na esfera Federal e alguns reflexos para o Rio Grande do Sul, além de traçar uma trajetória de como se estabeleceu a relação entre as ações propostas e o contexto nacional. A fundamentação teórica para essa seção representou a bibliografia indicada no Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial, da UFRGS, suas referências literárias e as legislações sobre o tema, que serviram para aproximar a educação patrimonial do campo do Patrimônio Cultural.

2.1 Patrimônio Cultural

Iniciamos este tópico problematizando a perspectiva de patrimônio através de duas referências culturais distintas, elaboradas a partir de contextos sociais diferentes, mas que representam o debate aqui proposto. Essa intencionalidade propõe uma reflexão sobre o Patrimônio ligado àqueles bens consagrados pelas políticas de preservação e, por isso, ratificam as expressões culturais de uma determinada elite.

A primeira delas representa o referencial de patrimônio descrita por Ailton Krenak⁶, em uma palestra conferida no auditório do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA), Campus do Vale (UFRGS), em 2015. A segunda representa a construção do conceito de patrimônio, associando-o as identidades nacionais, propostas no livro de Pedro Funari e Sandra Pelegrini.

A palavra patrimônio abrange diversas denominações e é um campo polifônico que representa as práticas ligadas ao fortalecimento e à produção de identidades. Por isso, abordaremos essas duas concepções de forma a apresentar os seus valores, os seus significados e as suas referências patrimoniais que compõem essas identidades.

Em sua palestra, Krenak relata que a oralidade foi responsável pela manutenção das tradições dos povos indígenas. As línguas nativas e alguns poucos registros escritos representavam a memória dessas populações e, antes da chegada dos europeus e de qualquer divisão territorial, a língua congregava povos espalhados por todo o continente americano. Esse patrimônio começa a ser ameaçado com a uniformização, pelos jesuítas, de uma

⁶ Nasceu em 1953, no Vale do Rio Doce, Minas Gerais, no povo dos Krenak. Em 1987, participou ativamente das discussões da Assembleia Constituinte que promulgou a Constituição Federal de 1988. Marcou a sua participação quando discursava na tribuna do plenário e pintou o rosto de preto com pasta de jenipapo, em sinal de luto pelo retrocesso na tramitação dos direitos indígenas. Vídeo: https://youtu.be/kWMHiwdbM_Q. Autor de textos e artigos publicados em coletâneas no Brasil e exterior. E-mail: ailtonkrenak@gmail.com

gramática dos povos Tupinambá e Tupi, aplicada primeiramente nas missões jesuíticas e depois difundida por toda costa atlântica e subindo o Rio Negro. Uma língua geral, inventada, que foi substituindo a língua materna de alguns povos de cultura rica.

Ainda referindo-se as línguas, cita o exemplo dos próprios Krenak, sua família, que restam apenas 6 mulheres com idade superior aos 70 anos que falam fluentemente a sua língua materna. Da mesma forma ocorreu com os Kaingang e os Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul, “onde os tais dos conhecimentos tradicionais sofrem uma erosão tão grave que nós em pouco tempo nos tornamos uma comunidade de iguais” (KRENAK, 2015).

Iguais no sentido de empobrecimento; quem dera que fôssemos iguais no sentido de compartilhar o que nós temos de melhor. Mas essa igualdade é uma igualdade com sinal de menos. A gente fica cada vez mais igual e cada vez mais pobres do ponto de vista cultural, do ponto de vista da diversidade, do conhecimento sobre os ecossistemas em que nós vivemos, da capacidade de interagir com os lugares em que nós vivemos e precisamos viver, com o lugar de onde nós tiramos água para beber, tiramos comida, tiramos tudo que a gente precisa para fazer nossos abrigos, para nos sentir bem, para nos sentir confortáveis (KRENAK, 2015, p. 330-331).

Sobre o mesmo assunto, interação da experiência de cultura, agora em uma entrevista em 2018, Krenak usou a expressão “catequese cultural” para se referir as práticas tipicamente usadas pelos jesuítas como sobreposição de visões. Ainda que diferente da catequese religiosa, impositiva, a cultural pensava-se em uma interação e não uma dominação (CAMPOS, 2018).

Entretanto, à medida que essas instituições foram se consolidando, ainda naquele contexto colonial, percebe-se uma seleção que diferencia e que exclui os valores tão diversos dos povos originários. Exaltando os patrimônios que tivessem conexão com aquela relação de poder e subalternizando as referências culturais dos índios.

A chegada da colonização inaugurou, segundo Krenak, “um sistema de fabricação de pobreza” que se acentua ainda mais na virada do século XX para o XXI. É uma interação que compromete a sobrevivência dessas comunidades indígenas, tanto financeira quanto cultural. Eram povos que viviam em harmonia com seus recursos por séculos e que agora não conseguem mais sobreviver (KRENAK, 2015, p. 333).

Até bem pouco tempo, para a cultura indígena, novamente recorrendo a Krenak, pensava-se na essencialidade das ferramentas, dos objetos, da pintura corporal, como recursos para a existência física dessas comunidades. Porém, após a Constituição de 1988, passou-se a difundir a existência de um acervo de cultura material e imaterial de algumas comunidades indígenas, frutos de inventários culturais para representar sua transcendência de visão de mundo. Essa ação de reivindicação do livre exercício da própria cultura foi importante para a

preservação da cultura, da memória e da identidade indígena, mas também de outros coletivos que contribuíram para um Patrimônio Cultural Brasileiro.

Contudo, inicialmente atribuímos o conceito europeu para relacionar a palavra patrimônio aos bens materiais do patriarca que podiam ser legados por testamento. Nessa mesma época, anterior à difusão da fé cristã, todo o *patrimonium* era patriarcal, individual e privativo da aristocracia. O simbolismo religioso do final da antiguidade e especialmente da idade média atribuiu caráter coletivo ao patrimônio. Assim, as construções eclesiásticas representavam locais de rituais para as populações locais, sem deixar de serem aristocráticos (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Para os autores, o renascimento produziu uma mudança de perspectiva e “a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados nacionais” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 13).

Toda essa referenciação se faz necessária para apresentar, em linhas gerais, a relação eurocentrada entre o patrimônio cultural e as identidades nacionais e aproximá-la do modelo brasileiro, que também (re)produziu o mesmo enredo para construir seu referencial de nação, invisibilizando e silenciando grupos subalternizados, alinhando-se aos conceitos hegemônicos como forma de aparente civilidade.

Foi na tentativa dessa afirmação como nação que os países seguiram uma lista com um código de símbolos internacionais que, segundo Anne-Marie Thiesse (2001), definia o que todas as nações deveriam possuir para serem reconhecidas efetivamente, pois “esta check-list identitária é a matriz de todas as representações de uma nação. [...] a lista identitária foi construída, essencialmente, ao longo do século XIX, elemento por elemento” (THIESSE, 2001 p. 9). Faziam parte de lista, elementos como:

Ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático (THIESSE, 2001 p. 8-9)

No Brasil, essa relação com o patrimônio, em um primeiro momento histórico, esteve fundamentalmente ligada ao romantismo (história dos heróis e gênios artísticos) para construir as primeiras identidades nacionais. Essas concepções prosperaram graças aos esforços da educação, que reafirmava em seu discurso o conhecimento e o convencimento para a população (THIESSE, 2001).

Essas “práticas patrimoniais em nosso território”, segundo Zita Possamai (2018):

Foram caracterizadas pela coleta, pesquisa, classificação e exposição de coleções e tiveram seu espaço no primeiro museu brasileiro, o Museu Real, posteriormente denominado Museu Nacional. Foi justamente nessa instituição, que as primeiras práticas de escrita da história receberam acolhimento (POSSAMAI, 2018, p. 25).

Ainda segundo Possamai, citando (LOPES, 2005), a escrita da história no Brasil foi se institucionalizando cada vez mais no século XIX, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) congregou aqueles que tomaram a si a tarefa de escrita de uma determinada história. Esse enredo corrobora com as palavras de Thiesse (2001), quando atribuía a uma lista de elementos a formação das identidades nacionais, uma nação digna, com certo grau civilizatório.

Como veremos a seguir, Zita Possamai reforça que:

Esse breve percurso segue algumas pistas no sentido de evidenciar que as práticas de escrita da história empreendida por esses sujeitos, sempre estiveram intimamente vinculadas às práticas de colecionamento, de conservação, de pesquisa e de exposição dos traços do passado, aos quais foi atribuído o sentido de patrimônio da nação nos moldes do projeto dos modernistas e do SPHAN⁷ (POSSAMAI, 2018, p. 29).

Maria Cecília Londres Fonseca (2005), na segunda edição do seu livro sobre o patrimônio em processo, faz um apanhado geral sobre as questões patrimoniais, especialmente no Brasil, na última década dos anos 2000, ampliando o debate sua primeira edição lançada nos anos 90. Foi no final século XX que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) demonstrou preocupação em ampliar a noção de patrimônio, desenvolvendo iniciativas que valorizavam e preservavam os bens imateriais e naturais da humanidade. No Brasil, nessa mesma época, as políticas de preservação do patrimônio também avançam em outros dois setores: o da preservação dos centros históricos e o dos acervos de documentos.

Ao delimitar seu objeto de pesquisa na política do governo federal para a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil, Cecília Londres Fonseca concentra seu debate nas práticas institucionais desenvolvidas na construção de patrimônio e como, ao longo desse período, os diversos agentes envolvidos nesse trabalho ampliaram a noção de patrimônio e propuseram mudanças significativas no sentido da democratização desses bens (FONSECA, 2005).

Nos anos 30, a fase heroica do patrimônio nacional, as constituições brasileiras de 1930 e 1934 trouxeram as primeiras referências, ainda incipientes, sobre a proteção do nosso patrimônio. Ainda em 1936, quando Mário de Andrade iniciou os primeiros estudos sobre o

⁷ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fundado em 13 de janeiro de 1937, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país.

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), estávamos sob a égide do Estado Novo. Nesse cenário, entendia-se que o patrimônio brasileiro pertencia ao conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil.

No ano seguinte, em 1937, foi criado por decreto presidencial o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, teve como seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu no cargo até 1969, demonstrando o alinhamento do instituto com as determinações do Estado, haja vista nesse período o Brasil passou por duas ditaduras intercaladas por um regime democrático.

Em seu artigo, Márcia Chuva (2003) apresenta concepções que embasam as práticas brasileiras de preservação cultural nos anos 30. Segundo a autora, o barroco brasileiro foi alçado ao posto de maior representação da nossa cultura, principalmente pelo ineditismo apresentado, reforçando o trabalho de construção do Estado. Nesse sentido, considerava que:

Para inserir o Brasil na consagrada história da Arte Universal, investiu-se na reapropriação do barroco, que passou a ser visto como um movimento artístico considerado profundamente renovador, que desde a “pureza” e “verdade” das construções gregas jamais havia se repetido e que, a partir do barroco, só teve novo momento renovador com a arquitetura moderna, advinda da revolução industrial (CHUVA, 2003, p. 328).

Ainda no ano de criação do SPHAN, foi assinado o Decreto-lei nº 25/1937 que se transformou no principal instrumento jurídico para os processos de tombamento de bens no Brasil. É importante salientar que as ações para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, nesse período, ficaram destinadas à "identificação, catalogação, restauração, conservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo território" (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 45).

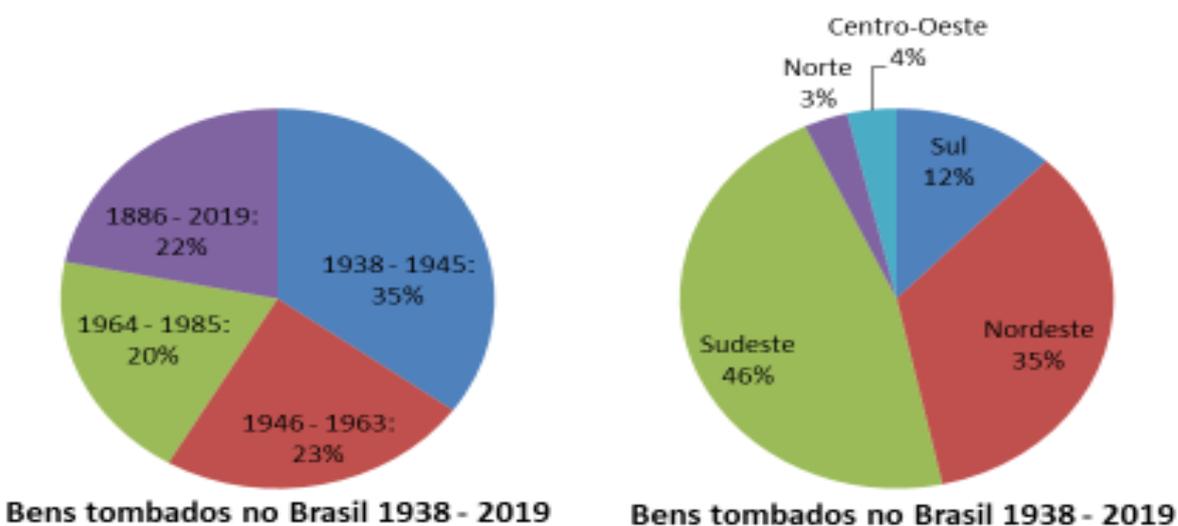
Essas ações de tombamento também buscavam a preservação de um patrimônio que estava se perdendo pela ação do tempo ou humana, com a evasão de obras e monumentos ligados à arte e à tradição do país.

Em decorrência da assinatura do Decreto-lei nº 25/1937, efetivou-se no final dos anos 30 a política de preservação do patrimônio brasileiro. Em seu Artigo 1º, percebe-se que foram privilegiados os bens ligados aos imigrantes europeus, à igreja católica e aos palácios governamentais para ratificar essa noção de discurso oficial, além do já consagrado barroco brasileiro. Ao descrever como patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor

arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico⁸, pretendia-se enaltecer a herança luso-brasileira e as expressões culturais e arquitetônicas das elites locais.

Segundo o IPHAN, cerca de 35% dos bens tombados no Brasil (Gráfico 1) datam do período do Estado Novo, seguindo os preceitos seletivos ligados a um sentimento nacional, capaz de reconhecer a autoridade e o poder estatal. Outro fato relevante que podemos destacar nessa política de tombamento está ligado à distribuição desproporcional desses bens pelo território brasileiro (Gráfico 2), o que reforça os preceitos coloniais para a nossa referência cultural.

Gráficos 1 e 2 – Bens tombados no Brasil até 2019.



Fonte: Tabela IPHAN⁹ (2021)

Essa foi a tônica dos trabalhos no SPHAN, posteriormente IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), entre os anos de 1937 e 1979, com poucas intercorrências sofridas no período. Vale destacar que uma dessas mudanças ocorreu em 1961, quando foi aprovada uma lei de proteção do patrimônio arqueológico (Lei nº 3.924/1961), aumentando a abrangência do ordenamento jurídico brasileiro ligado à proteção patrimonial dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Esta visão reducionista, que atribuía ao patrimônio apenas uma perspectiva histórica, com recortes exaltando a história de heróis e artistas excepcionais, aos poucos foi sendo

⁸ Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, apud FONSECA, Maria Cecília L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

⁹ Tabela fornecida pelo IPHAN (2021), que relaciona todos os bens tombados no Brasil até o ano 2019; com informações sobre a sua localização, sua classificação quanto ao bem cultural, em qual livro tombo ocorreu o registro e o ano de tombamento. Acesso no endereço eletrônico:

<<https://drive.google.com/file/d/1Ms6LVIIoLiw4DNOjKCxZvfN--nls2TCV/view?usp=sharing>>

substituída por outra mais abrangente, pautadas em questões culturais e construções sociais. Nesse sentido, Néstor Canclini amplia o debate e destaca que existem “pelo menos quatro paradigmas político-culturais a partir dos quais se definem os objetivos da preservação do patrimônio” (CANCLINI, 1994 p. 103). São eles:

O tradicionalismo substancialista, é o dos que julgam os bens históricos unicamente pelo valor que têm em si mesmo; o mercantilista, os que veem no patrimônio uma ocasião para valorizar economicamente o espaço social ou um simples obstáculo ao progresso; conservacionista e monumentalista, consistem em resgatar, preservar e custodiar especialmente os bens históricos capazes de exaltar a nacionalidade, de serem símbolos de coesão e grandeza; e participacionista, concebe o patrimônio e sua preservação relacionando-os com as necessidades globais da sociedade (CANCLINI, 1994).

Cabe ressaltar que os paradigmas político-culturais definidos por Canclini (1994) podem ocorrer de forma isolada, mas é bem comum que eles venham associados entre si. Essas relações podem promover novos conceitos, que de certa forma são importantes para justificar e, principalmente, para viabilizar a preservação do patrimônio.

Na década de 70, a descentralização dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio foi se efetivando com o crescimento das secretarias de cultura e dos órgãos estaduais e municipais de preservação. Esse novo ciclo foi marcado pelo início de uma nova gestão no SPHAN, mas o contexto cultural, social e político também contribuiu para o desenvolvimento de novas diretrizes de atuação.

Em 1975, com a criação do Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC), por iniciativa de Aloísio de Magalhães, “a questão da apropriação do Patrimônio Histórico pela comunidade passou a ser apresentada de maneira consistente” (DROPA, 2016, p.77). Todavia, somente entre os anos de 1982 e 1986, através dos trabalhos desenvolvidos no Projeto Integração, discutiu-se pela primeira vez no Brasil, segundo Márcia Maria Dropa (2016), a produção de alternativas pedagógicas, métodos e materiais didáticos com conteúdos pautados nas referências culturais.

Esse Projeto findou-se em 1986 e, mesmo não se referindo aos processos educacionais como sendo Educação Patrimonial, foi ainda segundo Márcia Dropa:

Um precursor dos atuais modelos de gestão pública cultural envolvendo a sociedade civil e o Estado, e apresentou de maneira forte sua marca nas discussões que antecederam a Constituição de 1988, quando somente as edificações tombadas eram consideradas patrimônios históricos. Foi precursor das novas conceituações e alargamento das categorias relativas à tangibilidade e intangibilidade (DROPA, 2016, p.79).

Nos últimos anos da Ditadura Militar, em especial na década de 80, repercutindo as discussões propostas pela Carta de Veneza¹⁰ (1964) e pela Declaração de Amsterdã¹¹ (1975), no âmbito do patrimônio arquitetônico mundial, o IPHAN, agora sob a coordenação de Aloísio Magalhães, procurou estabelecer novas conexões, algumas delas voltadas às demandas sociais.

Surtem nesse mesmo período (anos 70 e 80), fruto dos primeiros debates decoloniais na Índia e posteriormente na América Latina, “a distinção entre as noções de colonialismo e colonialidade”. O colonialismo numa relação de dominação administrativa colonial e a colonialidade, mais abrangente, que vai além da dominação colonial, envolvendo “as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade”. O colonialismo findou-se, mas a colonialidade sobrevive, e podemos observá-la nas relações de aprendizagem, no senso comum e na autoimagem dos povos (AMARAL, 2015)

Os argumentos usados por Amaral (2015) reforçam a necessidade de um processo de (des)colonização do conhecimento por meio da crítica. Fazê-lo, por meio do patrimônio cultural, não é simplesmente negar a sua colonialidade. A partir daí, segundo o autor:

O pensamento decolonial e a política sobre os patrimônios culturais no Brasil atual podem confluir, abrindo a possibilidade não só para a valorização de manifestações culturais antes ocultadas, mas, sobretudo, para que estas não sejam fetichizadas, esvaziadas de seu sentido histórico, perdendo o viés descolonial que tiveram e o potencial decolonial que têm (AMARAL, 2015, p. 22).

Quando se estabelece outra dinâmica e outro sentido para a preservação dos bens, diferente das relações de colonialidade até então estabelecidas, amplia-se a democratização desses bens patrimoniais e artísticos, além dos aspectos sociais, políticos e simbólicos. É no seu reconhecimento que se estabelece a relação entre os mais diferentes grupos sociais e o seu simbolismo cultural (FONSECA, 2005).

¹⁰ No II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) elaborou a Carta de Veneza, com o foco na carência de um plano internacional para conservar e restaurar os bens culturais numa ação interdisciplinar.

Este documento defende que a conservação exige uma manutenção constante, sendo sempre favorecida quando sua destinação é útil para a sociedade, mas vale ressaltar que não podem ocorrer mudanças de disposição ou decoração da construção. Outro ponto levantado é a proibição de deslocamento do monumento, salvo quando sua preservação exige tal ação, ou quando há interesses nacionais e internacionais. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157>> e <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 07 de maio de 2021.

¹¹ O Congresso de Amsterdã, em 1975, reuniu delegados de diversas partes da Europa, onde foi promulgada a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, que fala sobre a arquitetura característica da Europa como um patrimônio comum, sendo importante a cooperação dos países europeus para sua proteção. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157>> e <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em: 07 de maio de 2021.

O tombamento da Serra da Barriga em 1986, em Alagoas, foi o primeiro patrimônio cultural quilombola a ser reconhecido pelo Estado brasileiro. Corresponhia a área do Quilombo dos Palmares do século XVIII e foi tombada em meio ao processo de redemocratização e dos debates da constituinte de 1988. Entretanto, os direitos culturais quilombolas que dariam direito a posse fundiária das terras aos remanescentes dessas comunidades não foram assegurados. Seu tombamento sob a classificação de “paisagem natural” atendia aos interesses muito bem conhecidos das velhas elites agrárias do país (MORAES, 2020)

Outro exemplo bastante emblemático foi o tombamento do Terreiro Casa Branca, na Bahia. O processo iniciado nos últimos anos da Ditadura Militar, em 1982, teve seu tombamento provisório ainda em 1984 e a desapropriação do imóvel onde estava situado o terreiro no ano seguinte. O tombamento definitivo ocorreu em 1986 e, até hoje, são apenas ~~no~~ ^{doze} territórios religiosos de matriz africana tombados no Brasil (FERREIRA; DA SILVA SANTOS, 2018). Para as autoras:

A fragilidade das alternativas na implementação e consolidação das políticas que reconhecem a importância dos negros no processo de formação da sociedade brasileira reflete a persistência de elementos autoritários, hierarquizantes e preconceituosos no governo, no Estado e na sociedade (FERREIRA; DA SILVA SANTOS, 2018, p. 83).

O Tombamento do Terreiro Casa Branca foi simbólico porque inaugurou o reconhecimento formal das tradições de matriz africana no Brasil. Segundo Leo de Moraes (2020), seu processo mobilizou “diversos setores da sociedade civil em sua defesa, causando indignação em grupos conservadores e controvérsias dentro do próprio corpo técnico e consultivo do IPHAN” (MORAES, 2020, p. 23).

O problema era, para além da questão burocrática de encaixar um terreiro de Candomblé no dispositivo legal de tombamento, a resistência entre os membros conservadores do conselho consultivo do IPHAN em elevar um templo afro-religioso a patrimônio cultural do Brasil. O que estava em jogo não era simplesmente o tombamento de um terreiro, e sim o precedente para um novo paradigma a respeito do que se entende ou se pretende entender como patrimônio no Brasil (MORAES, 2020, p. 23-24).

Essa nova conjuntura, ligada aos espaços populares, às manifestações culturais e à preservação de locais de convivência, serviu de alicerce, abrindo caminhos para novas leis e decretos que impulsionam investimentos nos campos da preservação e da produção cultural, nos primeiros anos da redemocratização.

¹² Tabela fornecida pelo IPHAN (2021), que relaciona todos os bens tombados no Brasil até o ano 2019; com informações sobre a sua localização, sua classificação quanto ao bem cultural, em qual livro tombo ocorreu o registro e o ano de tombamento. Acesso no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/1Ms6LVIIoLiw4DNOjKCxZvfN--nls2TCV/view?usp=sharing>

A Constituição Federal de 1988, na Seção II, que trata da cultura, inaugurou um novo horizonte para o campo do Patrimônio Cultural. Na redação do artigo nº 215, complementada pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005, estabelece que "O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (CF, 1988, Art. 215).

No artigo seguinte, da Carta Magna brasileira, estabelece o nosso patrimônio cultural como bens materiais e imateriais "portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" e reforça a colaboração da comunidade que, junto com o Poder público, "promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (CF, 1988, Art. 216).

A partir do decreto nº 3.551¹³, de 4 de agosto de 2000, que estabelece o registro, e do decreto nº 5.753¹⁴, de abril de 2006, que assegura a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro, o nosso patrimônio imaterial ganha maior reconhecimento. Essas ações demonstram uma maior preocupação das instituições com a sua preservação, o que possibilita a formação de novas concepções de patrimônio.

Os reflexos foram positivos e resultaram em avanços nas ações desenvolvidas pelas secretarias de Cultura nos estados e nos municípios. Entretanto, as narrativas políticas que usam a tradição secular da retórica para propor ações de preservação cultural, ou simplesmente silenciá-las, ainda são as principais formas de obstaculizar processos construtivos no campo patrimonial.

2.2 Educação Patrimonial

A trajetória da educação patrimonial no Brasil tem suas primeiras ações pedagógicas em comum a educação museal¹⁵ em 1927. Segundo Átila Tolentino e Fernanda Castro (2020)

¹³ O decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias> Acesso em: 06 maio de 2021.

¹⁴ O decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006, promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.753%2C%20DE%2012,3%20de%20nove%20de%202003> Acesso em: 06 de maio de 2021

¹⁵ Roquette Pinto criou, em 1927, o primeiro setor educativo de museu do país – a 5ª. Seção: denominada Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural. Seu trabalho era dedicado a atender escolas e diversos estabelecimentos de ensino primário e secundário para difundir o ensino de ciências. Disponível em: <<http://saemuseunacional.wordpress.com/a-sae/>> Acesso em: 21 de maio de 2021.

esse dois campos “se confundiam ou andavam lado a lado” até a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2009. A partir desse ano, o campo dos museus promoveu debates específicos para a formulação de um Programa, que após amadurecimento, converteu-se na Política Nacional de Educação Museal (TOLENTINO; CASTRO, 2020, p. 232).

Essa preocupação em educar com o patrimônio foi se desenvolvendo no Brasil ao longo do século XX. No quadro 1 abaixo vemos um resumo dessa trajetória da Educação Patrimonial no Brasil, na qual se apresenta o seu contexto nacional e as suas ações propostas.

Quadro 1 – A trajetória da Educação Patrimonial no Brasil

Contexto Nacional	Propostas de ações
1936 Mário de Andrade – elaboração do anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	- Importância do caráter pedagógico dos Museus/Imagens. Necessidade de articulação entre os museus regionais e municipais. - Imagens devem estar presentes no ato de ensinar - Muitas das tentativas de ações foram escamoteadas no discurso de criação do Estado Nacional.
1937 Decreto Lei 25/1937	- Aprovação da lei e referência vaga sobre educação no Art 25
1937-1967 Gestão de Rodrigo Melo Franco	- Abertura de museus, incentivos a exposições, visitas a monumentos, com divulgação dos acervos do órgão. - Ações voltadas ao grande público (capitais e cidades de médio porte), mas nada específico para as escolas. - Tentativas de publicações sobre o patrimônio, mas que não causaram efeito na população por serem técnicas.
1975 Criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC por Aluísio Magalhães	- Campanhas de apropriação do patrimônio pela comunidade, com o lema “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”. - Comunidade detentora do destino de sua cultura - Não houve atuação direta na área de educação escolar
Gestão de Aluísio Magalhães 1979	- Fomento a diversidade do patrimônio Cultural e avanços no processo de educação patrimonial
1981-1986 Projeto Interação	- Discussão de produção de alternativas pedagógicas, métodos e materiais didáticos com conteúdos pautados nas referências culturais diversas.
1983 Museu Imperial de Petrópolis - RJ	- Primeiro Seminário sobre o Uso Educacional dos Museus e Monumentos. - Introdução da expressão “Educação Patrimonial”
1999 Guia Básico de Educação Patrimonial	- Proposta metodológica para desenvolvimento de ações educacionais
2004 Criação da GEDUC 2009 Reestruturação para CEDUC	- Gerência de Educação Patrimonial e Projetos - Coordenação de Educação Patrimonial.
2004 a 2016	- CEDUC realiza encontros na área de Educação Patrimonial. - Desenvolve o projeto Casas do Patrimônio - Desenvolve o Projeto Pro-Ext – Programa de Extensão Universitária - Desenvolve o Projeto Mais Educação

Fonte: (DROPA, 2016, p. 76)

O quadro acima apresenta um recorte temporal com os principais fatos no contexto nacional que influenciaram ações de Educação Patrimonial. Nessa seleção destacamos alguns elementos que foram importantes para mudanças mais consistentes para as ações educativas. O primeiro deles está relacionado à criação do SPHAN e a assinatura do Decreto-Lei nº 25/1937, em 1937, dentro de um contexto nacional mais amplo, o Estado Novo de Getúlio Vargas. A aprovação dessa Lei apresentou uma referência vaga de cooperação para a educação no seu artigo 25. Em 1975, destacamos a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que passou a valorizar a referência cultural das comunidades. A gestão de Aluísio Magalhães a frente do CNRC e depois no SPHAN foi marcada por avanços nos processos educacionais. Nesse período, o Projeto Interação (1981-1986) foi muito importante para produção de alternativas pedagógicas para a Educação Patrimonial. Por fim, destacamos a criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), em 2004, e da sua reestruturação para Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), em 2009, que ampliou o debate através de encontros e de projetos no campo da Educação Patrimonial.

A trajetória da Educação Patrimonial no Brasil apresentada no quadro 1 representa uma seleção, e por isso, certamente poderiam ser acrescentados outros elementos diferentes, ou até mesmo fatos que ocorreram após a sua publicação. É o caso da Portaria nº 137/2016, de 28 de abril de 2016, importante instrumento conceitual da Educação Patrimonial, que abordaremos ainda neste texto.

A Educação Patrimonial, mesmo que tecnicamente o termo tenha surgido décadas depois, mais precisamente em 1999 com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial¹⁶, começou a ser desenvolvida em ações pedagógicas antes mesmo da criação do SPHAN em 1937. São desse período a principal Lei de tombamento e os primeiros conceitos de verticalização da educação como forma de “alfabetização cultural”, com o objetivo de preservar o patrimônio nacional. Fernando Siviero (2015) destaca:

Embora os Andrades concordassem em teoria que a função da educação na práxis preservacionista era a transmissão do legado cultural nacional, observa-se uma profunda diferença nos objetivos dessa ação educativa. Para o escritor e músico paulistano, a difusão do patrimônio artístico nacional deveria enriquecer culturalmente o povo brasileiro, ao passo que, para o jornalista e advogado mineiro, a educação deveria colaborar diretamente na preservação do patrimônio nacional - evitar a mutilação, o desaparecimento e a perda dos monumentos nacionais (SIVIERO, 2015, p. 90)

¹⁶ Elaborado em 1999 por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, a partir das experiências adotadas no Museu Imperial, de Petrópolis. Foi a primeira vez que o termo “Educação Patrimonial” passou a ser usado como conceito. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf> Acesso em: 30 de abril de 2021.

Essas ideias ecoaram por décadas e ainda reverberam, em ações educativas, com relativa frequência. Simone Scifoni (2019) questiona “quem deve ser ensinado e sensibilizado para a preservação”. A autora destaca que as ideias fora do tempo, expressões que poderiam fazer “algum sentido diante das condições históricas de seu momento de formulação”, precisam ser repensadas no contexto atual (SCIFONI, 2019, p. 15 e 17). Uma dessas expressões é “conhecer para preservar”, que Átila Tolentino (2016) considera uma falácia associá-la à Educação Patrimonial, pois “é certo que isso é uma condição, mas conhecer, por si só, não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais” (TOLENTINO, 2016, p. 45).

Muito do que se vem desenvolvendo como Educação Patrimonial no Brasil, em termos conceituais e práticos, foi propagado nacionalmente pelo Guia Básico de Educação Patrimonial e “caiu no gosto popular, mas muitas vezes de forma acrítica” (TOLENTINO, 2016, p. 39). Todavia, o pensamento controverso dos principais nomes da Educação Patrimonial fez florescer debates sobre o tema, contribuindo para a consolidação de ações e de projetos na área.

Ao afirmar que “a educação patrimonial não é uma metodologia”, Carmem Gil (2020) entende que a “educação é um processo relacional”, com múltiplos estímulos, críticas, interpretações e reflexões (GIL, 2020, p. 108). Por esses motivos, não caberia associá-la a uma metodologia e sim a um processo. Sobre o mesmo questionamento, Átila Tolentino (2016) adiciona as referências culturais, desde que apresentadas efetivamente pelos “detentores e produtores dessas mesmas referências”, como parte dos processos de Educação Patrimonial (TOLENTINO, 2016, p. 47).

Nessa nova condição, na qual os grupos se reconhecem e lutam pela preservação dos seus patrimônios, não faz mais sentido esse tipo de debate. Contudo,

Isso não significa propor aqui a negação da existência daqueles bens que já foram reconhecidos como herança coletiva, pois isso de nada serve à necessidade de construir uma compreensão crítica de passado e de memória nacional. É necessário, antes de tudo, problematizar esse patrimônio, buscar um olhar capaz de produzir um novo sentido sobre sua existência (SCIFONI, 2019, p. 28).

As referências desse patrimônio consagrado sempre serão as mesmas, entretanto, o que propõe por meio da Educação Patrimonial é proporcionar novas possibilidades de ressignificá-lo. Tal proposta, defendida pelos educadores, vai além da instrução, do conhecer, do transmitir; é imperativo o diálogo, a reflexão e a crítica. Nunca foi tão importante atribuir novos conceitos que fortaleçam “os laços afetivos, sociais e simbólicos” (DROPA, 2016, p. 74).

Sob essa perspectiva, descrita por Átila Tolentino (2018) e defendida por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2009) como uma epistemologia do sul e a ecologia de saberes, novas “discussões nos permitem enxergar como se deram os processos e a trajetória de patrimonialização no Brasil, bem como as práticas educativas a eles aliada” (TOLENTINO, 2018, p. 47).

Essa efervescência conceitual tem como foco valorizar os conhecimentos produzidos por grupos periféricos, isto é, grupos subalternizados que ficaram à margem do processo de colonização, que tiveram seus discursos silenciados ao longo dos anos, mas que, recorrendo novamente a Tolentino, “resistiram aos processos colonizadores e as reflexões por eles produzidos” (TOLENTINO, 2018, p. 48).

Na última década, o campo do patrimônio tem se mostrado bastante conflituoso. O envolvimento dos movimentos sociais tem contribuído com iniciativas que mobilizam e despolitizam os debates. Outra iniciativa que vem repercutindo positivamente para as discussões é a organização de artigos científicos sobre a temática, o que proporciona em um mesmo exemplar orientações complementares de diferentes pesquisadores.

Seguindo essa iniciativa, Átila Tolentino buscou “discutir o que é educação patrimonial a partir do seu reverso” (TOLENTINO, 2016, p. 46). O autor publicou no Caderno Temático 5, sobre Educação Patrimonial - políticas, relações de poder e ações afirmativas (2016), seu artigo “O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática”, para desconstruir a retórica oficial que afirmava trabalhar com Educação Patrimonial.

Em 2016, foi publicada a Portaria IPHAN nº 137/2016¹⁷, de 28 de abril de 2016, que estabelece as diretrizes para a Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio. O Artigo 2º apresenta a seguinte redação como uma perspectiva para a Educação Patrimonial:

Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades (IPHAN, 2016).

¹⁷ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf> Acesso em: 24 de abril de 2021.

Em uma conduta inusitada, em 2018, o IPHAN colocou para consulta pública uma proposta que visava instituir a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM)¹⁸. Inusitada no sentido de que uma proposta dessa magnitude nunca passou por uma consulta pública. Contudo, positiva, pois devido a algumas críticas, sobretudo no campo da Educação Patrimonial, relacionadas a incongruências entre documentos chancelados do próprio Instituto, tudo foi corrigido antes da publicação em 19 de setembro de 2018.

Mesmo com todo aparato estatal, leis e decretos que, pelo menos tecnicamente, resguardam as ações de preservação e da Educação Patrimonial, e que sinalizam para um diálogo, para uma transformação e para um futuro, “ainda é recorrente a realização de ações educativas informativas e disciplinadoras e são vários os seus agentes” (SIVIERO, 2015, p. 106). As relações de poder que ainda dominam o campo prático continuam a impor a sua dinâmica do senso comum para definir as suas ações.

O Edital da Secretaria de Estado da Cultura foi pensado para selecionar projetos de Educação Patrimonial que valorizassem o patrimônio cultural em seus municípios. Nesse sentido, os processos poderiam contemplar bens e referências culturais patrimonializados (tombados, registrados ou inventariados), quanto os não patrimonializados, protegidos por instrumentos legais. Esses bens e referências culturais poderiam ser de natureza material ou imaterial, abarcando as formas de expressão; os modos de fazer, criar e viver; as criações artísticas, científicas e tecnológicas; as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico e ecológico.

Ao promover essas ações de Educação Patrimonial e de valorização do Patrimônio cultural, o Estado, por meio da gestão pública dos recursos, tem cumprido o seu papel institucional. Na escola e na universidade estamos em um outro lugar, cujo compromisso é com o debate e a produção de conhecimento sobre estes bens. Portanto, nas aulas de História não cabe a valorização somente desse patrimônio eleito, mas historicizar o seu processo de construção.

Por isso, trabalhar o Patrimônio Cultural através de um Edital de Educação Patrimonial é entender que o conhecimento não é garantia de preservação; que só existe diálogo em relações horizontais; e que a alteridade fortalece os vínculos entre as instituições (Estado e sociedade civil).

¹⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf> Acesso em: 25 de abril de 2021.

3 PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO PRÓ-CULTURA 2019

No mês de março de 2019, a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC), lançou o Edital nº 01/2019¹⁹ - Edital do Concurso Pró-cultura RS FAC (Fundo de Apoio à Cultura) Educação Patrimonial. O Edital contemplou 32 municípios gaúchos interessados em receber financiamento do referido Fundo Estadual para promover ações de Educação Patrimonial.

Essas ações tinham como objetivo, segundo o Edital, utilizar como vetor bens e referências culturais das comunidades para desenvolver processos formais e não formais de educação que possibilitassem as pessoas a leitura e compreensão da história de construção de seu espaço sociocultural (EDITAL SEDAC nº 01/2019, 2019).

Todas as prefeituras municipais com o Cadastro Estadual de Produtor Cultural²⁰ devidamente ativo poderiam se inscrever no período de 13 de março a 30 de abril de 2019. Como objetivos, o Edital apresentava no item 1.3:

- a) promover o acesso e a apropriação das comunidades ao seu patrimônio cultural;
- b) produzir e democratizar o conhecimento sobre bens e referências culturais locais;
- c) estimular a participação das comunidades nas ações de conservação, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural;
- d) oportunizar ações de valorização da diversidade patrimonial;
- e) contribuir para o reconhecimento e valorização da cultura como fator de desenvolvimento social (EDITAL SEDAC nº 01/2019, 2019, p. 1).

Todavia, os desafios impostos pela pandemia do Covid-19, que assolou o mundo em 2020, não poupou nenhuma estrutura no globo. Nessa perspectiva, os projetos vencedores precisaram ser readequados, prorrogados e, em alguns casos, cancelados. Apesar dos problemas apresentados, muitos deles ligados à execução dos projetos, a proposta da pesquisa não sofreu nenhuma intercorrência.

Foi nessa conjuntura pandêmica que buscamos analisar quais concepções de patrimônio emergem dos projetos de Educação Patrimonial vencedores do Concurso Pró-cultura, Edital da SEDAC nº 01/2019 e financiado pelo Fundo de Apoio à Cultura (FAC), em 2019. O resultado definitivo foi publicado no Diário Oficial do estado, após a fase de recurso, no dia 26 de setembro de 2019.

¹⁹ Informações sobre o Edital nº 01/2019 - SEDAC, disponíveis no endereço eletrônico: <<https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190841/27144142-edital-sedac-01-2019-fac-educacao-patrimonial.pdf>>.

²⁰ O Cadastro Estadual de Produtor Cultural tem como objetivo atualizar os dados municipais junto ao Departamento de Fomento da SEDAC. Seu preenchimento pode ser realizado no endereço eletrônico: <http://www.procultura.rs.gov.br/cadastro_pref.php?new=0>.

Cabe ressaltar que havia inicialmente, conforme descrição do próprio Edital, uma previsão de trabalharmos com 32 municípios contemplados com recursos. Contudo, até a finalização da escrita deste texto, o Portal da Transparência do estado do Rio Grande do Sul só havia disponibilizado informações de 28 municípios vencedores.

Por esse motivo, neste capítulo apresentaremos um panorama de 28 projetos municipais contemplados pelo concurso Pró-cultura no Rio Grande do Sul, em 2019. Na segunda parte analisaremos essas fontes com o intuito de identificar quais são as suas concepções e o patrimônio em destaque, buscando apresentar os argumentos, os objetos e as justificativas dos referidos projetos. No terceiro momento relacionamos os bens históricos e/ou culturais que foram escolhidos para serem objetos das propostas de Educação Patrimonial, e por fim, construímos reflexões sobre diferentes formas de propor ações de Educação Patrimonial que visibilizem sujeitos e patrimônios subalternizados.

Na última parte deste capítulo, diante da impossibilidade de avaliar todas as ações propostas pelos municípios, apresentaremos algumas considerações sobre os projetos que ainda estão em execução. Foram realizadas duas entrevistas com as idealizadoras das propostas de Educação Patrimonial em seus municípios. Também destacaremos o acompanhamento de outras duas ações educativas já finalizadas.

3.1 Projetos municipais vencedores do concurso Pró-cultura no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE)²¹ foi criado em 1954, com formação da Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ligada à Secretaria da Educação. Após a criação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado em 1964, a Divisão de Cultura passou a cuidar da política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do Estado, além do seu patrimônio arquitetônico e cultural. Ainda na década de 1980, ocorreu o primeiro tombamento a nível estadual, inaugurando uma série de outros bens tombados no mesmo período, que pretendiam preservar a memória, considerando os valores histórico e arquitetônico agregados.

Em 1990, foi criada a Secretaria de Estado da Cultura e, sob seus auspícios, surgiu o IPhAE. Até o mês de junho de 2018 o Instituto registrou um número de 154 tombamentos, individuais e coletivos, incluindo bens edificados, centros históricos, bens móveis e tombamentos ambientais (Mata Atlântica e quatro parques). Além da preocupação com a

²¹ Histórico disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=HistoricoAc&item=25>> Acesso em: 26 de abril de 2021.

preservação, o Instituto estabelece diretrizes e orientações às intervenções nessas áreas e realiza convênios e parcerias junto aos municípios, com a intenção de inventariar os bens edificados de valor cultural.

Além das ações de tombamento, o Instituto promove ações de proteção do patrimônio cultural em parceria com os municípios. Mais recentemente, por meio da Diretoria de Fomento, o IPHAE vem financiando projetos com o Fundo de Apoio a Cultura (FAC) para promover o Patrimônio Cultural do estado em ações de Educação Patrimonial.

Foi nesse sentido que o IPHAE lançou o Edital 01/2019. Os projetos poderiam ser inscritos apresentando diversas linhas de atuação, dentre as quais: Ações educativo-culturais de valorização e difusão do Patrimônio Cultural e da Memória das comunidades; Ações educativas de proteção/salvaguarda, pesquisa e promoção do patrimônio e das referências culturais das comunidades; e Ações educativas de capacitação voltadas ao Patrimônio Cultural. Estas linhas de atuação foram detalhadas no edital da seguinte forma: atividades culturais, palestras de sensibilização, publicações, vídeos, website, visitas guiadas envolvendo o (re)conhecimento do patrimônio cultural do município, levantamentos, documentação, inventários participativos, publicações, oficinas e práticas envolvendo saberes/fazeres/expressões, lugares e celebrações tradicionais, a partir dos bens culturais identificados como referências para a comunidade – inclusive em situação de risco, capacitação e formação de agentes do patrimônio cultural.

As inscrições deveriam ser realizadas no próprio site do Pró-cultura RS (www.procultura.rs.gov.br), enviando o Formulário Padrão (Anexo 1). A Comissão de Habilitação verificou se os projetos inscritos cumpriram as normas e os requisitos do edital, de forma que os habilitados prosseguiram para as etapas de avaliação e seleção.

Assim, com os critérios metodológicos já definidos, fizemos a busca dos projetos no Portal da Transparência do estado. Os 28 projetos foram lidos e organizados em uma tabela²², no qual destacamos o seu título e as seus municípios correspondentes, além do objeto e a justificativa dos projetos.

Em linhas gerais, essas foram as informações do formulário de inscrição disponibilizadas para a consulta pública e que passaram pela avaliação da comissão de habilitação, compostas por servidores da SEDAC. Esses dados serviram de subsídios para as análises e discussões da próxima seção deste capítulo, que buscaram mapear as concepções de

²² Acesso no endereço eletrônico:
<https://drive.google.com/file/d/1Z8ZzM8_d3EMdDBV9ongPDFL6suzcc-Rb/view?usp=sharing>.

patrimônio que emergem desses projetos e como essas representações são trabalhadas nas ações de Educação Patrimonial, objeto do edital em epígrafe.

Para além dessas informações, outros dados e conceitos foram incorporados a essa pesquisa para ampliar a observação de como se concebe esse patrimônio no Rio Grande do Sul. Contudo, as análises e reflexões aqui tratadas são provisórias, não só porque assim é o conhecimento, mas pelas limitações de dados dos demais projetos inscritos, da não observação das execuções dos projetos em virtude dos atrasos causados pela pandemia, entre outros fatores.

3.2 Concepções de patrimônio dos projetos

Nesta seção, iniciaremos a análise qualitativa das informações dos projetos do Edital nº 01/2019 da SEDAC. É preciso perceber que ao longo do tempo, as referências sobre os mesmos patrimônios não são iguais, e nem poderiam ser, diante do dinamismo em que eles são forjados. Muito desse dinamismo se deve as relações sociais, que põem a prova, por exemplo, a herança cultural frente à referência cultural.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2003)²³, foi a partir dos anos 70 que a noção de referência cultural se apresenta como “marca de uma postura inovadora em relação à noção de patrimônio histórico e artístico”. Essa mudança de postura possibilitou uma maior visibilidade ao patrimônio cultural não consagrado.

É também aqui que a concepção vigente no Brasil sobre os patrimônios culturais é propícia a uma proposta decolonial, uma vez que deve abranger não mais os critérios e tipologias consagradas, mas as paisagens, edificações, objetos, fazeres, saberes e crenças que configurem uma referência à memória e à identidade dos diversos grupos sociais. As referências culturais de grupos historicamente subalternizados e invisibilizados começam a ser reconhecidas nos textos legais como objetos de direitos (FONSECA, 2003).

A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ratifica a inserção de uma concepção mais amplificada de Patrimônio Cultural, definindo-o como bens de natureza material e imaterial, “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, CF, 1988). São os primeiros movimentos na busca efetiva do reconhecimento de grupos historicamente invisibilizados.

É com essa perspectiva que analisaremos, em seguida, as informações extraídas de 28 projetos vencedores do Concurso Pró-cultura 2019 (Edital SEDAC) disponíveis no Portal da Transparência do estado. A amostra que compõe a primeira tabela demonstra uma diversidade

²³ Apud: AMARAL, 2015, p. 44 e 45.

conceitual bastante relevante, no que se refere às dimensões propositivas dos projetos. O Quadro 2 mostra uma síntese dos resultados das propostas catalogadas com, por exemplo, o nome do projeto e a prefeitura contemplada, evidenciando sua organização por faixa da premiação alcançada e sua nota definida pelos critérios de avaliação do concurso.

Quadro 2 – Resultado final do Edital nº 01/2019 SEDAC – Municípios contemplados.

Nome do Projeto	Prefeitura Municipal	Ferramenta propositiva dos projetos	Premiação	Nota final
Sinimbu mais história – Resgate memorial dos casarões e templos	Sinimbu	Produção de material didático	R\$ 25 mil	100
Pão de Laranja	Campo Bom	Tour histórico e oficinas culinárias	R\$ 25 mil	91,33
Inventário do Tempo: Retratos e Memórias	Gaurama	Produção de material didático	R\$ 25 mil	90,66
Educação Patrimonial na Prática – as origens e o patrimônio das localidades do interior de Roca Sales	Roca Sales	Oficinas de formação, levantamento patrimonial e exposição cultural	R\$ 25 mil	87,16
Educação Patrimonial “A construção de uma cidade mineira”	Butiá	Tour histórico e oficinas de formação	R\$ 25 mil	83,83
Educação Patrimonial: redescobrimo a cultura patruilhense	Santo Antônio da Patrulha	Oficinas de formação	R\$ 25 mil	82,5
Conhecimento da Cultura de Tavares	Tavares	Salvaguarda das referências culturais (tradições)	R\$ 25 mil	80,5
São Pedro - Cultivando a memória	São Pedro da Serra	Inventário participativo e exposição cultural	R\$ 25 mil	78,33
Língua Talian: da salvaguarda à promoção do conhecimento	Serafina Corrêa	Salvaguarda das referências culturais (idioma)	R\$ 25 mil	77,83
Picada Café - Educando pelos Caminhos do Patrimônio Cultural	Picada Café	Oficinas de formação e inventário participativo	R\$ 50 mil	100
Juntos na diversidade: salvaguarda das línguas maternas e estímulo ao plurilinguismo através do canto coral nas escolas	Carlos Barbosa	Salvaguarda das referências culturais (idioma)	R\$ 50 mil	100
Laços patrimoniais: construindo um inventário colaborativo para Bento Gonçalves	Bento Gonçalves	Inventário participativo	R\$ 50 mil	93,33
Erechim na palma da mão – Plataforma online de mapeamento do Patrimônio Cultural do Município	Erechim	Tour histórico	R\$ 50 mil	93
São Pedro me pertence	São Pedro do Sul	Oficinas de formação	R\$ 50 mil	91
A Educação Patrimonial sob a ótica do turismo cultural em São José do Norte	São José do Norte	Tour histórico e Material didático	R\$ 50 mil	90,66
Salvaguarda do patrimônio documental histórico de Lajeado	Lajeado	Oficinas de formação	R\$ 50 mil	90
Memórias de Arroio dos Ratos: Educação Patrimonial e Inventário de Bens Materiais e Imateriais	Arroio dos Ratos	Inventário participativo	R\$ 50 mil	89,83

Educação Patrimonial em ação no Município de Panambi	Panambi	Concurso cultural	R\$ 50 mil	89,16
Valorização do Patrimônio Imaterial de Ijuí – As Benzedeadas	Ijuí	Exposição cultural	R\$ 50 mil	89
Canoas: Patrimônio Cultural e identidade local	Canoas	Oficinas de formação e seminários	R\$ 50 mil	86,83
Memórias de São Francisco de Paula	São Francisco de Paula	Rodas de memórias	R\$ 50 mil	86,66
Sou Seberi: valorizando o que é nosso	Seberi	Exposição cultural	R\$ 50 mil	85,5
Agentes Mirins na valorização e preservação da História de Guaíba	Guaíba	Oficinas de formação	R\$ 50 mil	83,5
Tradição Criativa e Identidade - Redescobrimo o Patrimônio de Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	Rodas de memórias	R\$ 75 mil	96,16
“Nossa gente! Unser Leute”- Inventário do patrimônio cultural material e imaterial do povo felizense	Feliz	Inventário participativo	R\$ 75 mil	95,66
Educação Patrimonial: memórias reconhecidas e desconhecidas de São Leopoldo	São Leopoldo	Seminários	R\$ 75 mil	90,33
Educação Patrimonial Museu do Parque Histórico General Bento Gonçalves	Cristal	Oficinas de formação	R\$ 75 mil	86,5
La storia dell'antica comunita, costruzione del tempio	Santa Tereza	Oficinas de formação	R\$ 75 mil	83,5

Fonte: Resultado final²⁴ do Edital nº 01/2019 SEDAC – Concurso Pró-cultura.

Os títulos dos projetos dão algumas pistas das concepções de patrimônio presentes nas propostas. Palavras como “referência cultural”, “resgate”, “memória”, “identidade”, “laços patrimoniais”, “preservação/salvaguardar”, “origens”, entre tantas outras, em primeira análise, nos remetem a um patrimônio tradicional que precisa ser revisitado.

Ainda sobre os títulos, percebe-se que a intenção da preservação de um patrimônio tradicional, ou de um resgate de uma herança cultural, movimenta a economia municipal²⁵. É nesse sentido que algumas temáticas foram escritas, fomentando por meio do patrimônio cultural o turismo gastronômico, arquitetônico, histórico, sensorial e cultural.

Observamos que os elementos mais recorrentes e citados diretamente em 8 projetos, e transversalmente referenciados em 18 projetos, foram as identidades e as memórias. Porém, existem inúmeras questões relacionadas a esses vínculos que precisam ser decodificados, assim como chave e fechadura, para só então ser compreendido pelos envolvidos. Nesse sentido, a nossa história está repleta de exemplos que, segundo Llorenç Prats (2004), são

²⁴ Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=facinf>>.

²⁵ Economia criativa movimenta cerca de 2,6% do PIB no Rio Grande do Sul. Fontes: disponível em: <https://www.jornalvs.com.br/noticias/rio_grande_do_sul/2020/05/30/economia-criativa-movimenta-cerca-de-2-6--do-pib.html> e <<https://estado.rs.gov.br/pesquisa-inedita-revela-potencial-de-impacto-da-cadeia-da-musica-na-economia-do-rs>> Acesso em: 15 de maio de 2021.

resultados de construções de uma versão de identidade, associada, em grande medida, a uma relação de herança cultural hegemônica.

Outro aspecto importante relacionado às identidades e às memórias é que elas são construídas em relação aos outros ou a outras identidades e, por isso, podem ser sobrepostas, estabelecendo uma determinada ordem entre os sujeitos ou entre os grupos sociais constituídos. O cientista social Michael Pollak (1992) quando aborda a memória e a identidade social em um contexto de história oral, questiona quais elementos fazem parte da memória. Destaca, ainda, a característica flutuante, mutável e seletiva dessa memória. Todavia, independente de quais elementos essa memória foi constituída, ela representa um indivíduo ou um grupo de pessoas que compartilham das mesmas memórias.

Analisando agora a dimensão propositiva dos projetos, observamos uma variedade de propostas que ratificam o conceito de Educação Patrimonial como processos relacionais (GIL, 2020). Nessa perspectiva, destacamos os dois processos mais usados como propostas: A oficina de formação e o inventário.

A primeira proposta aqui destacada, mesmo que involuntariamente associada às práticas educacionais dispostas no Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), apresenta a Educação Patrimonial como metodologia e lhe confere o dever de instruir culturalmente um determinado grupo. Foi bem verdade que não conseguimos avaliar as execuções dos projetos e seria muito importante ter essa reflexão. Porém, usando como parâmetro as propostas das Oficinas de Formação, seus elementos e por consequência seus objetos, observamos uma tendência ao patrimônio eleito e fetichizado (como se alguns traços intrinsecamente presentes determinassem o valor cultural de um bem). Essas propostas não permitem, fora de uma ação educativa efetiva, uma mediação, uma reflexão e uma crítica, tão importante para o reconhecimento do protagonismo cultural.

O inventário, se participativo, horizontalmente trabalhado por todos os envolvidos, apresenta outra perspectiva de patrimônio, buscando uma participação mais efetiva da comunidade. Isabelle Cury afirma que “a realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do acervo por ela atribuído ao patrimônio, mas, também o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio” (CURY, 2000, p. 286).

É por meio dessa ferramenta, o inventário, que estados e municípios tem legislado, aproveitando-se da falta de previsibilidade jurídica na esfera federal e, com isso avançando na

preservação do patrimônio cultural local. Nesse sentido citamos como exemplo a Lei nº 10.116²⁶, de 1994, do Rio Grande do Sul, que diz no seu artigo 40:

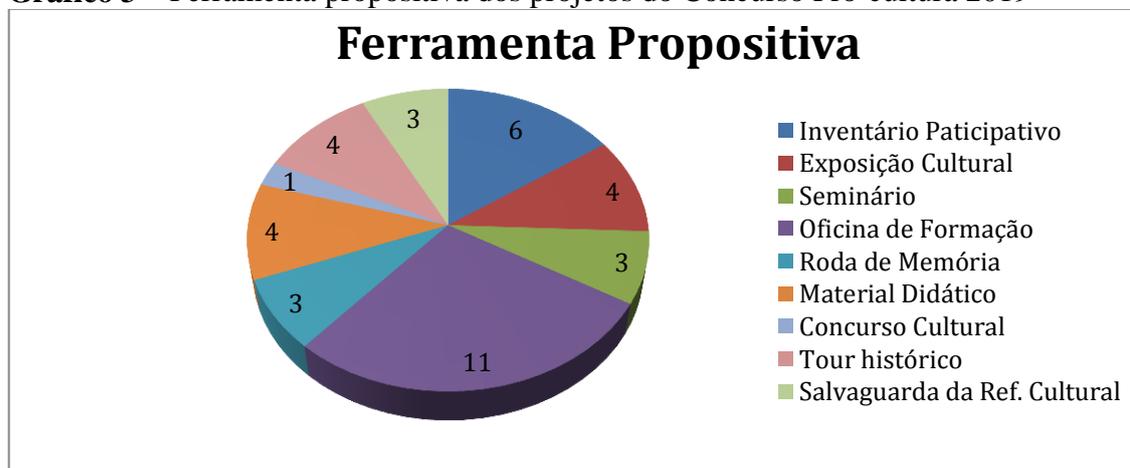
Art. 40 - Prédios, monumentos, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, antropológico, paleontológico e científico, de proteção ou preservação permanente, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não poderão, no todo ou em parte, ser demolidos, desfigurados ou modificados sem autorização.

§ 1º - Para identificação dos elementos a que se refere este artigo, os municípios, com o apoio e a orientação do Estado e da União, realizarão o inventário de seus bens culturais.

§ 2º - O plano diretor ou as diretrizes gerais de ocupação do território fixarão a volumetria das edificações localizadas na área de vizinhança ou ambiência dos elementos de proteção ou de preservação permanente, visando a sua integração com o entorno.

§ 3º - O Estado realizará o inventário dos bens culturais de interesse regional ou estadual.

Gráfico 3 – Ferramenta propositiva dos projetos do Concurso Pró-cultura 2019



Fonte: Projetos do Concurso Pró-cultura 2019 – Organizado pelo autor.

O gráfico acima complementa as informações sobre a diversidade apresentada na dimensão propositiva dos projetos. Observa-se que a Oficina de Formação é a ação mais citada nos projetos. Essas ações que em tese pretendem trabalhar com patrimônios já eleitos, indicam que as ações de Educação Patrimonial propostas foram pensadas para serem executadas de maneira pontual, de menor amplitude dialógica e reflexiva.

O Quadro 2 apresenta também as informações sobre a “nota final” e “classificação dos projetos”. Nesse tópico foi possível relacionar as maiores notas obtidas aos municípios com uma trajetória que envolve ações educativas relacionadas à preservação do patrimônio.

²⁶ Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=13479&hTexto=&Hid_IDNorma=13479> Acesso em: 24 de abril de 2021.

Ao estipular uma pontuação extra nos critérios de seleção²⁷ do edital nº 01/2019 da SEDAC, a comissão avaliadora procurou equacionar possíveis distorções entre os municípios, principalmente relativos à sua capacidade econômica e dimensão territorial. Assim, abriu-se espaço para que municípios menores desenvolvessem ações de Educação Patrimonial, possivelmente inviáveis com recursos da própria prefeitura.

Ainda sobre esse critério de avaliação e como ele proporcionou relativa igualdade entre propostas apresentadas, podemos citar o exemplo do município de Picada Café. Emancipado a menos de 30 anos e com população estimada de 5.564 habitantes (IBGE/2016), alcançou a pontuação máxima na avaliação final. Esses pontos extras foram frutos de projetos educacionais específicos voltados à preservação do patrimônio e relatados em uma das entrevistas deste capítulo.

Os indícios até aqui apresentados que reforçam a relação de herança cultural com a dimensão propositiva dos projetos, também foram observados na tabela informativa²⁸ deste trabalho. Nessa tabela consta o nome dos projetos e as prefeituras correspondentes, além do objeto e das justificativas propostas. Aqui, identificamos o patrimônio em destaque dos projetos e a tabela abaixo demonstra um predomínio do Patrimônio Imaterial nas propostas de ações educativas.

Quadro 3: Patrimônio em destaque

Patrimônio em destaque	Material	Imaterial	Material e Imaterial
	09	11	08

Fonte: Projetos vencedores do Concurso Pró-cultura – Edital nº 01/2019 SEDAC

Esses dados são importantes para demonstrar que, em tese, as concepções de patrimônio dos projetos vão além da pedra e cal. Porém, não foi possível identificar, de maneira explícita, qual é a relação desse patrimônio em destaque e a sua representatividade local. A comunidade precisa estar presente no reconhecimento, no inventário e na preservação, caso contrário, a ação educativa será pautada em fornecer a informação já concebida, na expectativa de que essa comunidade também a reconheça como importante.

A amostragem a seguir também foi retirada literalmente dos projetos e demonstra, em expressões, qual é a relação pensada entre a Educação Patrimonial e o Patrimônio em

²⁷ Anexo 2 - Tabela informática com os critérios de seleção dos projetos do Edital nº 01/2019 SEDAC.

²⁸ Acesso no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/1Z8ZzM8_d3EMdDBV9ongPDFL6suzcc-Rb/view?usp=sharing>

destaque. Como referência para identificar e dividir essas ideias apresentadas nos projetos, usaremos as cinco categorias que foram aplicadas por Carmem Gil (2020) com estratégia para compreender as concepções de educação patrimonial apresentadas pelos autores analisados na sua pesquisa.

Quadro 4 – Relação entre a Educação Patrimonial e o Patrimônio em destaque.

Categoria	Expressões
Identificar- Pertencer	<p>“A propagação deste acervo na comunidade servirá para alimentar o sentimento de pertencimento, de conhecimento das raízes de uma identidade única”. “Recriar essa receita junto às novas gerações é contribuir para a preservação de nossa identidade social”. “Uma nova postura com relação ao conhecimento sobre esses bens e trabalhar as referências culturais da comunidade local, promovendo assim, a efetiva apropriação ao seu patrimônio cultural”. “Ao conhecer sua história as pessoas se tornam agentes de cidadania, contribuindo, de forma consciente, para uma sociedade mais junta”. “A participação da população local na construção da história do município, visando dialogar sobre a importância da preservação e da valorização da memória viva sobre o patrimônio cultural”.</p>
Citações dos projetos municipais: Gaurama, Campo Bom, Picada Café, Bento Gonçalves, São Francisco de Paula e São Leopoldo.	
Conhecer- Conceituar	<p>“Subsídio didático para que sejam trabalhadas, por exemplo, as questões relacionadas aos prédios históricos nas escolas”. “Um belíssimo potencial cultural a ser passado de geração em geração, que na maioria das vezes, nossos jovens não conhecem o verdadeiro valor de nossa história”. “Promoverá a democratização do conhecimento do Talian, já reconhecido pelo Município como Língua Cooficial”. “realizar a salvaguarda de documentos do Arquivo Histórico Municipal, digitalizando o acervo, facilitando, desta forma, o acesso aos documentos históricos em ambiente virtual”. “As ações são pensadas a partir da premissa de que mesmo a cidade tendo uma colonização recente possui história e merece democratizar o conhecimento sobre seus bens e suas referências formadoras de identidade local”. “Parte de seu patrimônio histórico e cultural compreende bens que ajudam a recontar os fatos que marcaram nossa história”. “Recuperar a história dos bens culturais materiais e imateriais da cidade, reestabelecendo relações de pertencimento, bem como promovendo conhecimento sobre o patrimônio cultural para a juventude”. “Apresentação dos fazeres culturais da região”.</p>
Citações dos projetos municipais: Sinimbu, Tavares, Serafina Corrêa, Lajeado, Seberi, Guaíba, Novo Hamburgo e Santa Tereza.	

Sensibilizar-Cuidar	“Sensibilizar as futuras gerações para com o compromisso com o patrimônio material e imaterial, sua proteção, conservação e preservação”. “As narrativas colonialistas relegam a um segundo plano ou até mesmo inviabilizam algumas práticas e saberes que foram e são elementos fundamentais de identidade cultural da população em geral”.
Citações dos projetos municipais: São Pedro da Serra e Ijuí.	
Usufruir-Participar	“Algumas práticas serão desenvolvidas junto ao Parque, como a visitação do Museu e às belezas naturais e culturais da região, através do ecoturismo e turismo cultural”.
Citações dos projetos municipais: Cristal.	
Valorizar-Preservar	“Valorizar essa tradição culinária e todas as repercussões culturais que ela carrega”. “Produzir e democratizar o conhecimento sobre bens e referências culturais locais e estimular a participação das comunidades nas ações de conservação”. “Despertar para o conhecimento de línguas menos praticadas, mas ainda presentes nas comunidades, e em risco de extinção, promovendo assim a sua salvaguarda”. “Voltados à valorização das identidades e memórias que compõem o Patrimônio Cultural do município, com propostas de atividades vinculadas tanto na educação formal como informal”. “Valorizar e difundir o patrimônio tombado, mas também realizar um levantamento das referências culturais presentes para além da área central da cidade”. “Promover a mobilização social das comunidades em torno de suas referências culturais, estimulando a busca pela identificação e valorização de seu patrimônio”. “A fim de que haja maior aproximação entre as comunidades locais com o patrimônio cultural, histórico e ambiental”. “Reunir informações culturais de maneira simples e dinâmica, promovendo o conhecimento, divulgação, fomentando a preservação do patrimônio cultural do município”.
Citações dos projetos municipais: Campo Bom, Roca Sales, Carlos Barbosa, São José do Norte, Canoas, Erechim, Feliz e Cristal.	

Fonte: Tabela Informativa²⁹ – Projeto contemplados no Edital nº 01/2019 da SEDAC

A busca por categorizar os projetos não tem a pretensão de classificá-los em melhores ou piores propostas. Entendemos que nem mesmo os critérios de avaliação do concurso tinha esse interesse. O objetivo foi sistematizar uma análise de informações que aproximassem as concepções de Patrimônio Cultural descritas nos projetos das categorias escolhidas como referência.

²⁹ Acesso no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/1Z8ZzM8_d3EMdDBV9ongPDFL6suzcc-Rb/view?usp=sharing>

As próprias concepções conceituais aqui utilizadas para reunir os projetos por categorias podem ser diferentes em outros campos do patrimônio. É nesse sentido que Carmem Gil (2020) destaca que a “difusão, promoção, transmissão, formação e construção são abordagens relacionadas à concepção de educação e, também, à especificidade da instituição ou grupo que propõe as ações de educação patrimonial”. (GIL, 2020, p. 114).

Foi necessário buscar nos projetos indícios que pudessem aproximá-los dessas categorias. Entretanto, essas categorias são abrangentes e, por vezes, foi preciso contextualizar toda a justificativa do projeto para identificá-lo. Observamos, também, que algumas propostas contemplaram mais de uma categoria, ligadas por vezes, a amplitude das ações educativas pensadas pelos municípios.

Para a categoria “Identificar-Pertencer”, buscamos nos projetos as concepções que tratassem de identificar e atribuir valor a um patrimônio local que, necessariamente, não está vinculado ao consagrado pelas políticas públicas de patrimônio. Para a categoria “Valorizar-Preservar”, procuramos as concepções que interpretassem o estudo do patrimônio com situações de aprendizagem, que estimulassem a interpretação histórica, possibilitando a construção de conceitos e procedimentos que dão sentido ao passado na relação com o presente. Ainda relativo às categorias, no “Sensibilizar-Cuidar”, investigamos quais atividades procuraram entrelaçar a memória das pessoas com os diferentes tempos dos lugares, o patrimônio individual e familiar e o patrimônio da cidade, possibilitando a construção de uma educação que não separe o sensível do inteligível. Para o “Usufruir-Participar”, concepções que permitissem acessar as instituições culturais e ter contato com os acervos, participando de ações educativas, visitando exposições e usufruindo desses espaços públicos. Já o “Conhecer-Conceituar”, com critérios mais amplo e relacional, concepções que colocassem as pessoas no centro da perspectiva patrimonial e afastassem os conceitos como algo pronto e definido.

Essa categorização forneceu pistas sobre algumas das concepções de patrimônio presentes nos projetos. O detalhamento dessas concepções será realizado na próxima seção deste capítulo, mas percebemos, em linhas gerais, que emergiram dos projetos concepções que buscaram identificar e atribuir valor ao patrimônio local.

Quadro 5 – Relação entre Patrimônio em destaque e suas representações.

Patrimônio	Principais expressões
Imaterial	“Envolvendo o fazer gastronômico da colonização”. “Projeto de história oral”. “Reconhecer conhecimentos e expressões das culturas populares tradicionais e os direitos de seus detentores”. “Culinária alemã como patrimônio histórico-cultural”. “Manifestação folclórica”. “valor simbólico se constitui na língua, nos valores, nas crenças, no saber e no fazer”. “valorizar os saberes e fazeres históricos através do artesanato”. “ícone de saberes e religiosidade”. “Memórias e significados desses bens culturais”.
Material	“Prédios de rica arquitetura”. “Magníficas obras com influência europeia”. “Predominam o barroco e o enxaimel”. “Monumentos significativos para a história”. “Mapeamento desses locais significativos”. “Valiosa documentação histórica”. “Reconhecimento das edificações de valor histórico-cultural”. “Arquitetura popular de imigração alemã”. “Casas de colono”. “De reconhecimento dos edifícios históricos, monumentos, espaços culturais”. “Salvaguarda de documentos do Arquivo Histórico”. “Conjunto patrimonial edificado na área central da cidade”. “Edificação de estilo colonial português”.
Citações dos projetos municipais: Sinimbu, Campo Bom, Butiá, São Pedro da Serra, Picada Café, Bento Gonçalves, Erechim, Lajeado, Canoas, Cristal, Gaurama, Tavares, Carlos Barbosa, São Pedro do Sul, Ijuí, e Novo Hamburgo.	

Fonte: Tabela Informativa³⁰ – Projeto contemplados no Edital nº 01/2019 da SEDAC

As expressões acima destacadas, em certa medida, apresentam um equilíbrio entre o patrimônio material e imaterial em destaque. Este fato demonstra um alinhamento com as novas concepções de valorização do patrimônio imaterial das últimas duas décadas. Também foi possível identificar uma aproximação entre as referências culturais destacadas e a sua representatividade étnica na formação municipal.

Por mais homogênea que se seja a referência étnica na formação dos municípios, há que se destacar toda uma influência cultural dos povos indígenas, portuguesa, espanhola, africana e açoriana na constituição do estado e, mais recentemente, das migrações de outras regiões do país. Todas elas carregadas de representações e referências culturais elegíveis.

É necessário fazermos um adendo e esclarecer que as expressões destacadas no quadro 5 representam apenas concepções, intenções e, por isso, não significa que foram promovidas

³⁰ Acesso no endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/1Z8ZzM8_d3EMdDBV9ongPDFL6suzcc-Rb/view?usp=sharing>

de forma literal. Também há que se destacar que o avanço das medidas sanitárias impostas pelo Estado, em decorrência da pandemia do Covid-19, restringindo a circulação de pessoas, obrigou praticamente todos os projetos a passarem por adequações de cronograma e de execução, dificultando, assim, a observação das ações educativas.

Como não foi possível vivenciá-las, para compreender a influência dessa representação étnica nas ações de Educação Patrimonial, observamos nas fontes algumas pistas sobre a relação de poder entre os grupos subalternizados e a influência eurocêntrica ligada a colonialidade. As significações que serão apresentadas buscaram associar possíveis ausências e presenças dessa colonialidade e a sua relação com as representações de uma propensão cultural.

Dos projetos que abordaram, por exemplo, a língua dos imigrantes (poloneses, suíços valesanos, italianos e alemães) como representação da cultura e das identidades locais, “Músicas da tradição, nas línguas dos imigrantes que aqui se estabeleceram”, apresentou outras possibilidades de língua materna na seguinte expressão: “Também haverá músicas em kaingang”.

Projetos que buscaram ampliar seus olhares, valorizando as atividades tradicionais de grupos que fizeram parte da formação cultural do estado, mas invisibilizados em suas representações, tiveram seu destaque entre as ações educativas. Foram apresentadas outras referências culturais, como retratam as seguintes expressões: “Pode-se destacar em seu patrimônio cultural: [...], os galpões das redes, as embarcações de pesca, o cotidiano dos pescadores e ainda muito tímida, as tradições quilombolas”, e “Exposição fotográfica sobre patrimônio cultural das atividades das benzedadeiras”.

O patrimônio edificado ainda representa uma parcela significativa das propostas de preservação. Destacamos as expressões: “Pode-se destacar em seu patrimônio cultural: a bicentenária Igreja Matriz com a Praça Intendente Francisco José Pereira, a arquitetura das ruas e das casas”, e “A Igreja Evangélica de Confissão Luterana da Ascensão foi projetada em estilo neogótico”, que representam bens de arquitetura colonial já eleitos, e, nesse sentido, esvaziadas de seu sentido histórico.

Observamos que alguns projetos refutam a verticalidade instrutiva, idealizando uma ação dialógica, crítica e reflexiva, “necessária para romper com os processos de patrimonialização que reproduzem os processos de dominação do saber-poder sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos sociais não hegemônicos” (TOLENTINO, 2018, p. 41). Nesses projetos, sentir-se representado é mais potente e legítimo, enquanto a “alfabetização cultural” só garante a difusão do conhecimento.

Ao passo que outros projetos abordam uma tendência cultural hegemônica, nos quais são trabalhados, segundo a concepção de Átila Tolentino, “um patrimônio cultural já eleito, fetichizado, cabendo ao aluno aceitá-lo e preservá-lo, mesmo que não se identifique com esse patrimônio nem se reconheça nele” (TOLENTINO, 2016, p. 43). Por esse motivo, a defesa de uma Educação Patrimonial pensada a partir da construção coletiva e dialógica, desenvolvida horizontalmente com a participação das comunidades.

O campo da Educação Patrimonial, forjado nos debates e consolidado em Lei, “implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a reflexão crítica. E, a partir dessa reflexão, buscar a transformação da realidade” (TOLENTINO, 2016, p. 46). Qualquer proposta pode e deve ser pensada de maneira transversal, observando os diversos olhares sobre o objeto.

Por esse motivo as disputas no campo patrimonial são tão intensas e envolvem embates identitários enormes. Sobre o assunto, Néstor Canclini afirma que: “a política cultural referente ao patrimônio não tem como tarefa resgatar apenas objetos “autênticos” de uma sociedade, mas os que são culturalmente representativos” (CANCLINI, 1994, p. 113).

Entretanto, mesmo com todo o debate acadêmico recente, as Leis, os Decretos e as Portarias já consolidadas no que tange às referências culturais, nos deparamos com propostas de ações educativas no mínimo anacrônicas, ligadas a uma herança cultural que não passa por essa releitura .

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia (BRANDÃO, 1996, p.51).

O incentivo a participação social em todas as etapas da preservação dos bens fortalece os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural. É nesse sentido que o poder público exerce, ou deveria exercer, o papel de mediador da sociedade civil, estabelecendo mecanismos de escuta e observação capazes de associar os bens culturais a vida cotidiana das comunidades.

Quando analisamos algumas dessas expressões apresentadas, observamos que elas representam uma disputa de poder entre narrativas que consideram o patrimônio eleito, de valor intrínseco e, por isso, digno de preservação, e o patrimônio de valor representativo, relacional e, por isso, subalternizado.

Essa é uma realidade nacional. Basta olharmos para os casos do tombamento da Serra da Barriga (1986), em Alagoas, e do Terreiro Casa Branca (1986), na Bahia, além dos ataques em série aos terreiros das religiões de matriz africana (2019), no Rio de Janeiro. Esses são apenas três exemplos de casos que representam essas disputas, motivadas por uma intolerância étnico-racial no Brasil.

Ausentes na maioria dos projetos, as relações étnico-raciais são uma das questões sociais que mais geram debates e demandas políticas, apesar de pouco exploradas no Brasil, principalmente em razão do mito da democracia racial³¹ que existe no país e que serve para manter o racismo velado, mesmo que esse esteja institucionalizado e seja perpetuado diariamente.

No Rio Grande do Sul, o cenário não é nada diferente. Criou-se um imaginário a respeito do estado como fruto da imigração europeia e, portanto, apesar de ser culturalmente diverso e étnico, é visto como majoritariamente branco, formado principalmente por alemães e italianos, com uma presença considerável, também, de portugueses/açorianos. Essa ideia é, muitas vezes, perpetuada na escola e nos espaços comunitários, o que tem diversas consequências na permanência da discriminação racial:

Os estudos de Lília Moritz Schwarcz (1998) observam que o racismo no Brasil, historicamente, afirma-se na intimidade e na informalidade, ao mesmo tempo em que o mito da boa convivência e da democracia racial se consolida na representação do que seja ser brasileiro. Esse pensar apreendido na intimidade e nos próprios processos de escolarização contribuiu historicamente para a invisibilidade social e simbólica da presença negra e indígena no sul do Brasil (MEINERZ, 2017, p. 64).

Embora essa abordagem sobre as questões étnico-raciais tenham sido referenciadas aqui de maneira muito superficiais, para o limite deste trabalho, é importante apresentá-la como um prenúncio imperativo de propostas transdisciplinar em todos os campos que envolvem ações educativas e patrimoniais.

Isso porque não basta o reconhecimento do Estado após todos os embates institucionais em torno de um tombamento ou de um inventário, por exemplo. Os conflitos e os valores pré-concebidos ainda permanecem.

Sem embargo, dadas as bases históricas da colonialidade do patrimônio cultural no país, uma transição para um conjunto de patrimônios proporcionalmente representativo da diversidade cultural brasileira certamente seria (e tem sido) longa (AMARAL, 2015, p. 41)

³¹ Nomes como o do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, do sociólogo Florestan Fernandes e do antropólogo Kabengele Munaga, congelados naturalizados no Brasil, dão sustentação a ideia de mito da democracia racial. Seus estudos demonstram que para muitos brasileiros o país não é preconceituoso e racista, questões econômicas e sociais, em geral, são as responsáveis pela violência sofrida pelos negros e não brancos.

O estranhamento aqui produzido é reducionista. Todavia, os números apresentados enfatizam certas tendências ligadas a colonialidade que, mesmo acreditando não ser intencional, denotam uma inobservância do Estado na habilitação, na avaliação e na seleção dos projetos municipais. Para além das ações da Secretaria de Estado da Cultura, os próprios municípios poderiam processar suas escolhas observando ações educacionais pautadas no diálogo e na reflexão, e não somente na diversidade patrimonial.

3.3 Os patrimônios em destaque nas ações de Educação Patrimonial nos projetos analisados

Para analisarmos os bens e as referências culturais propostas nas ações educacionais do edital 01/2019 da SEDAC, relacionamos essas escolhas municipais, ou mesmo as concepções descritas nos projetos à divisão regional do Rio Grande do Sul por área de influência cultural. Mesmo que essa escolha pareça arbitrária por dividir o estado em 4 regiões culturais, e, de certa forma é, foi a mais apropriada por considerar toda uma representação simbólica do imaginário cultural do estado, também presente nos projetos.

A divisão regional por áreas de influência cultural elaborado por Helena Brum Neto e Meri Lourdes Bezzi (2008), que segundo as autoras “permite visualizar uma gama de aspectos materiais e imateriais que perpassam o tempo e se materializam no espaço, como um legado cultural, que se manifesta através da descendência” (BRUM NETO; BEZZI, 2008, p. 135), foi utilizada como referência para essa análise.

Os critérios culturais apresentados neste artigo nos proporciona estabelecer, nos quase 500 municípios gaúchos, tendências históricas ligadas ao discurso eurocêntrico, especialmente entre os grupos étnicos que “permaneceram homogêneos”.

Ainda, segundo as autoras:

Considerando a herança cultural mediada pela descendência e as relações que se estabelecem entre cultura-códigos-identidade, essa proposta de regionalização recortou o Rio Grande do Sul em quatro regiões culturais de acordo com a principal etnia formadora dos municípios que o compõem: Região cultural 1: individualizada em função da presença das etnias nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana; Região cultural 2: estabelecida em virtude da presença étnica alemã; Região cultural 3: individualizada pela etnia italiana; e Região cultural 4: estabelecida pela presença de etnias mistas (BRUM NETO; BEZZI, 2008, p. 142).

A formação étnica do Rio Grande do Sul, dividida em quatro regiões de influência cultural de predominância europeia, apresenta uma predileção por bens patrimoniais históricos e culturais ligados a essas referências coloniais hegemônicas. O que precisa ser

posto, nessa primeira análise, é como essa seleção repercute nos conflitos entre a memória e o esquecimento.

Os mapas a seguir representam as quatro regiões do estado onde influências étnicas foram prevalentes, mas isso não significa que elas sejam permanentes e únicas.

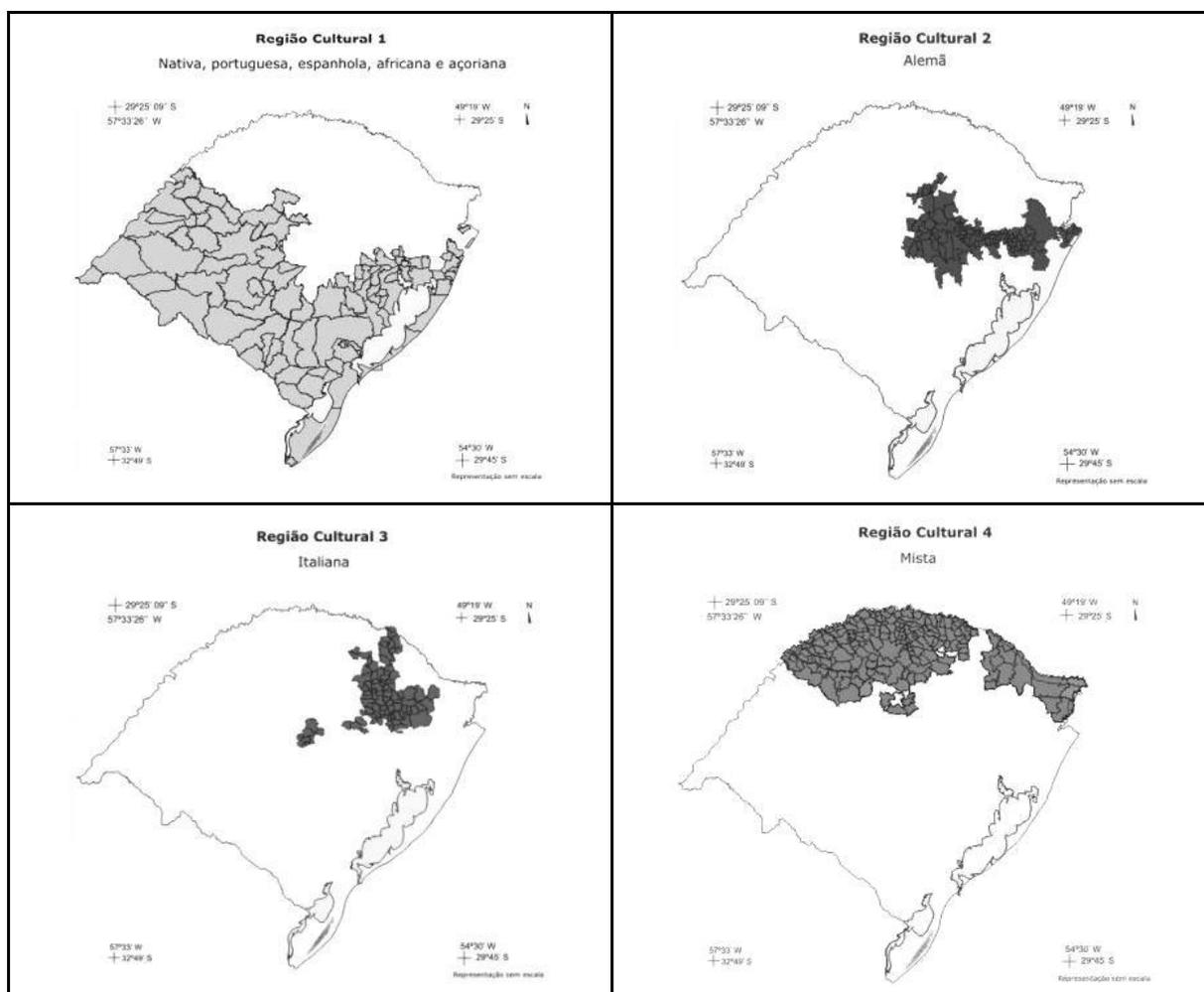


Figura 1: regiões de influência étnica³² no Rio Grande do Sul

O mapa número 1 representa a Região Cultural 1, de influência étnica nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana. Corresponde a mais da metade do território estadual e a atividade econômica predominante é a pecuária bovina. A arquitetura colonial e religiosidade têm influências ibéricas, mas agrega a religiosidade africana das casas de Batuque (BRUM NETO; BEZZI, 2008).

O mapa número 2 representa a Região Cultural 2, de influência étnica alemã. Representou outra fase da imigração e, juntamente aos italianos, poloneses e outras etnias, avançaram para o norte do Estado, constituindo o mapa número 4 que representa a Região

³² Fonte: FEE, 1997. In: BRUM NETO; BEZZI, 2008.

Cultural 4, de influência mista. O mapa número 3 representa a Região Cultural 3, de influência étnica italiana. Ocuparam um maior número de terras na região da Serra Gaúcha, na porção nordeste do Estado, mas também migraram e constituíram núcleos nas Regiões Culturais 4 e 1 (BRUM NETO; BEZZI, 2008).

É bem verdade que essa divisão das regiões culturais, da Fundação Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, em 1997, e organizada pelas autoras em 2008, não considera as recentes migrações regionais internas ocorridas nas últimas décadas e que também contribuíram para a ampliação das referências culturais do estado.

Essa nova realidade migratória suscita novas interações que vem lentamente modificando o cenário local. Nesse sentido, Helena Brum Neto e Meri Lourdes Bezzi (2008) afirmam:

A dinâmica tempo-espaço-cultura é contínua e integra o cotidiano das sociedades, reconstruindo-os à medida que novas transformações se fazem necessárias para se adequar à realidade proposta. As mudanças ocorrem, num primeiro momento, nos aspectos imateriais, responsáveis pelos comandos mentais que guiam as atitudes e, posteriormente, se materializam no espaço (BRUM NETO; BEZZI, 2008, p. 151).

O contexto de transformação pensado pelas autoras pode ser associado, de certa forma, ao número de projetos do concurso aqui trabalho que destacam o patrimônio imaterial em suas ações educativas.

Continuando a análise dos projetos, usamos o mapa abaixo para apresentar uma distribuição dos projetos vencedores do Concurso Pró-cultura 2019 como parâmetro para identificar quais regiões culturais tiveram maior representação.

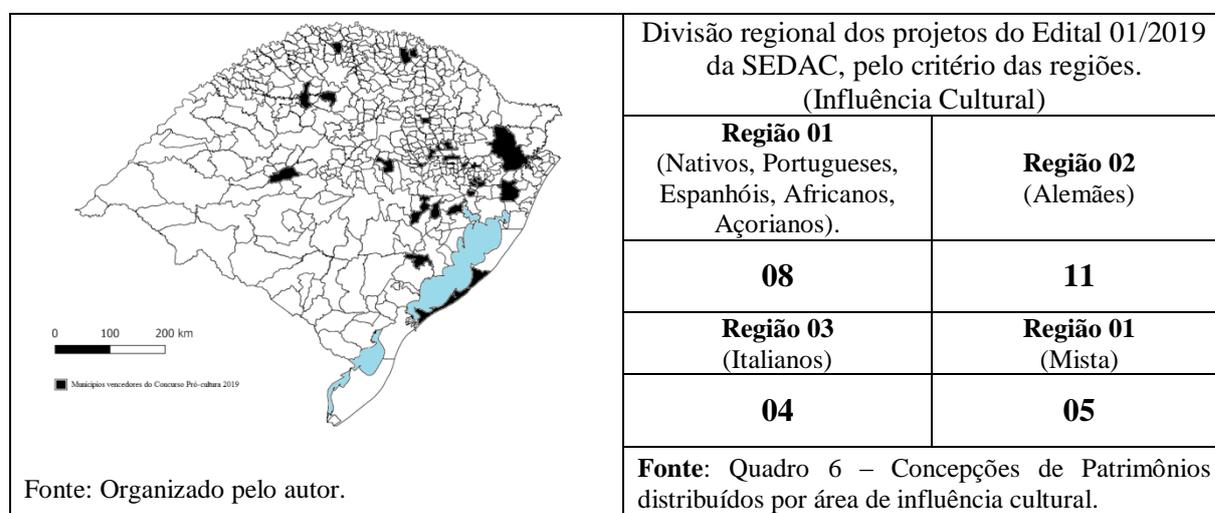


Figura 2: distribuição dos projetos por regiões de influência cultural.

Independente do Patrimônio em destaque apresentado nos projetos (material ou imaterial) é necessário levarmos em conta que a “Educação Patrimonial efetiva é dialógica, reflexiva e crítica” (TOLENTINO, 2016, p. 47). Partindo desse pressuposto, não existe nenhum problema em se construir projetos educacionais de qualquer natureza, desde que concebido dentro de um contexto dialógico e democrático.

A tabela abaixo apresenta as concepções de patrimônio que emergem dos projetos vencedores do concurso Pró-cultura. Algumas concepções aqui representadas foram descritas de maneira literal nos projetos. Porém, em outros projetos essas informações foram extraídas de fragmentos das propostas.

Quadro 6 – Concepções de Patrimônios distribuídos por área de influência cultural.

Prefeitura	Concepção de Patrimônio	Projeto	Influência Étnica
Butiá	Construir conhecimento sobre o patrimônio edificado ou intangível (História da mineração)	Educação Patrimonial “A construção de uma cidade mineira”	Influência cultural nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana
Tavares	Salvaguarda das manifestações culturais (Ternos e Cavalhada)	Conhecimento da Cultura de Tavares	
São Pedro do Sul	Valorizar o acervo museológico (Bens históricos, culturais e arqueológicos)	São Pedro me pertence	
Canoas	Valorizar o patrimônio tombado (Casa dos Rosa, Casa das Artes e Estação)	Canoas: Patrimônio Cultural e identidade local	
Arroio dos Ratos	Valorizar os bens materiais e imateriais (História da mineração)	Memórias de Arroio dos Ratos: Educação Patrimonial e Inventário de Bens Materiais e Imateriais	
São José do Norte	Resgate das raízes (registro das tradições quilombolas)	A Educação Patrimonial Sob a ótica do turismo cultural em São José do Norte	
Guaíba	Construção do conhecimento (recontar fatos da história local por meio dos bens)	Agentes Mirins na valorização e preservação da História de Guaíba	
Cristal	Construção do conhecimento sobre o patrimônio histórico e arqueológico (Parque Histórico Gen. Bento Gonçalves)	Educação Patrimonial Museu do Parque Histórico General Bento Gonçalves	
Sinimbu	Resgate do patrimônio edificado (Enxaimel e Barroco)	Sinimbu mais história – Resgate memorial dos casarões e templos	
Campo Bom	Referência cultural da tradição Culinária alemã (Pão de Laranja)	Pão de Laranja	
Roca Sales	Levantamento histórico e patrimonial edificado (Origens e Costumes)	Educação Patrimonial na Prática – as origens e o patrimônio das localidades do interior de Roca Sales	
Santo Antônio da Patrulha	Salvaguarda do patrimônio material e imaterial (Forte Imperial e Cavalhada)	Educação Patrimonial: redescobrimo a cultura patruhense	
São Pedro da Serra	Promover o patrimônio edificado (Casas de valor histórico)	São Pedro - Cultivando a memória	
Picada Café	Inventário da paisagem cultural (arquitetura popular de imigração alemã)	Picada Café - Educando pelos Caminhos do Patrimônio Cultural	
Lajeado	Salvaguarda de documentos (Acervo histórico municipal)	Salvaguarda do patrimônio documental histórico de Lajeado	
São Francisco de Paula	Resgatar memórias com a história oral (Construção da história do município)	Memórias de São Francisco de Paula	

Novo Hamburgo	Resgatar memórias com a história oral (histórias culturais e relatos de vivências)	Tradição Criativa e Identidade - Redescobrimdo o Patrimônio de Novo Hamburgo	Influência cultural alemã
Feliz	Inventário das referências culturais paisagísticas (naturais e construídas)	“Nossa gente! Unse Leute”- Inventário do patrimônio cultural material e imaterial do povo felizense	
São Leopoldo	Salvaguarda do conhecimento histórico (apropriação da história)	Educação Patrimonial: memórias reconhecidas e desconhecidas de São Leopoldo	
Serafina Corrêa	Salvaguarda do patrimônio imaterial (idioma Talian)	Língua Talian: da salvaguarda à promoção do conhecimento	Influência cultural italiana
Carlos Barbosa	Salvaguarda do patrimônio imaterial (línguas maternas)	Juntos na diversidade: salvaguarda das línguas maternas e estímulo ao plurilinguismo através do canto coral nas escolas.	
Bento Gonçalves	Inventário do patrimônio edificado (arquitetura própria, vernacular).	Laços patrimoniais: construindo um inventário colaborativo para Bento Gonçalves	
Santa Tereza	Resgate do patrimônio edificado (casario tombado e rota turística)	La storia dell'antica comunita, costruzione del tempo	
Panambi	Promover a cultura local com um Concurso Cultural (financiamento de projetos)	Educação Patrimonial em ação no Município de Panambi/RS	Influência cultural mista
Seberi	Salvaguarda do patrimônio histórico, social e cultural (Edifícios histórico e social)	Sou Seberi: valorizando o que é nosso	
Gaurama	Resgatar memórias com a história oral (fotos e relatos de vivências)	Inventário do Tempo: Retratos e Memórias	
Ijuí	Valorizar as referências da cultura popular (Atividade das Benzedeadas)	Valorização do Patrimônio Imaterial de Ijuí – As Benzedeadas	
Erechim	Visitação virtual ao patrimônio edificado (edifícios, monumentos e espaços culturais)	Erechim na palma da mão – Plataforma online de mapeamento do Patrimônio Cultural do Município	

Fonte: Projetos vencedores do Concurso Pró-cultura (2019) e FEE, 1997. In: BRUM NETO; BEZZI, 2008; organizado pelo autor.

A primeira parte da tabela foi representada pelos 8 projetos propostos, usando como referência a divisão regional cultural, por municípios distribuídos na área de influência cultural nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana. Percebemos nesses projetos uma pulverização maior entre as concepções de patrimônio apresentadas, algumas ainda ligadas aos bens tradicionalmente eleitos, mas com propostas de problematiza-los por meio da construção dialógica. Apesar de algumas propostas tangenciarem as temáticas que representam valores comunitários, apenas uma efetivamente propõe um resgate por meio das tradições quilombolas. As demais propostas, em tese, analisando apenas as suas concepções de patrimônio, representam uma construção da narrativa histórica focada na colonialidade.

Seguimos analisando a segunda parte da tabela aqui representada pelos 11 projetos propostos, usando a mesma referência de divisão regional cultural, por municípios distribuídos na área de influência cultural alemã. Percebemos que nesses projetos também há

uma grande pulverização entre as concepções de patrimônio, a maior parte deles ligados aos bens tradicionalmente eleitos, de valor representativo intrínseco, mas com poucas propostas de problematiza-los por meio da construção dialógica. Algumas propostas tangenciam as temáticas que representam valores comunitários, entretanto, nenhuma delas efetivamente propõe algo de mais concreto nesse sentido. Tivemos uma aproximação de 4 dos 11 projetos aqui analisados, dois deles através de entrevistas com as idealizadoras das propostas, e, as outras duas propostas por meio dos documentários produzidos, todos detalhados na próxima seção deste capítulo. Observamos aqui uma forte tradição herdada, que influenciam diretamente nas concepções de patrimônio apresentadas nos projetos, contribuindo assim, para uma narrativa histórica focada na colonialidade.

A terceira parte da tabela foi representada pelos 4 projetos propostos, usando como referência a divisão regional cultural elaborada pelas autoras Helena Brum Neto e Meri Lourdes Bezzi (2008), por municípios distribuídos na área de influência cultural italiana. Percebemos nesses projetos duas concepções de patrimônio, uma ligada à preservação do patrimônio edificado e a outra ligada à difusão do idioma materno. As propostas apresentadas representam, segundo os projetos, os bens tradicionalmente eleitos e representativos. Apesar de algumas propostas tangenciam outros valores tradicionais, apresentando possibilidades de conhecer outros idiomas “maternos”, em tese, essas ações não representam efetivamente um debate educacional ampliado.

A última parte da tabela foi representada pelos 5 projetos propostos, ainda usando como referência a mesma divisão regional cultural, por municípios distribuídos na área de influência cultural mista. Percebemos nesses projetos uma grande pulverização entre as concepções de patrimônio, apresentando como foco manifestações dialógicas, representada pela história oral, um concurso cultural e pela atividade das benzedadeiras. Projetos que buscaram essencialmente um diálogo com a comunidade, proporcionando uma reflexão e reconhecimento das referências culturais dos grupos sociais. As demais propostas, em tese, analisando apenas as suas concepções de patrimônio, representam uma narrativa histórica focada nos bens culturais tradicionalmente eleitos, de valor em si mesmos, e com pouca possibilidade de problematiza-los.

Essas atividades de Educação Patrimonial ampliam o debate, mas não garantem que essa dinâmica contemple todas as vozes, pois aquelas que não se reconhecem nos patrimônios eleitos têm suas memórias silenciadas, por não se sentirem representadas em relação aos mesmos patrimônios. Para Scifoni (2012):

Ao superar esta visão pontual trabalha-se, assim, a Educação Patrimonial em sua dimensão política ampla, não se restringindo apenas aos bens tombados, mas preocupando-se com tudo aquilo que faz parte da memória social. Parte-se da concepção de que tanto a memória institucionalizada, assim como o esquecimento são produtos sociais e não dados aleatórios (SCIFONI, 2012, p. 31).

Guiar-se pelos modelos de patrimônio preconcebido, consagrados, de valor inestimável, em certa medida, atendeu no passado “à necessidade de formação e afirmação da identidade de uma nação” (TOLENTINO, 2018, p. 44-45). O pioneirismo gaúcho celebrado pela Lei nº 10.116, de 1994, e já citado neste trabalho, revela a indiscutível preocupação do Estado com a preservação das referências culturais por meio dos inventários.

O patrimônio está inserido na sociedade e por isso deve-se considerar o seu reconhecimento por parte dos sujeitos. Essa concepção estática de patrimônio ficou no passado, hoje, mais do que conhecê-lo, precisamos reconhecê-lo. “Uma educação instrutivista, homogeneizadora e bancária (na acepção freiriana), a serviço da manutenção de um determinado status quo e de sistemas de dominação vigentes” (TOLENTINO, 2016, p. 47) não pode ser considerada, no contexto atual, Educação Patrimonial.

3.4 Entrevistas e acompanhamento de projetos em execução

Para identificarmos possíveis intercorrências que afetaram a execução dos projetos do edital 01/2019 da SEDAC, realizamos entrevistas (reuniões virtuais gravadas) com os responsáveis pela elaboração dos projetos do Concurso Pró-cultura nos seus municípios. O objetivo dessas reuniões era esclarecer alguns pontos da própria proposta e entender a trajetória da construção desse projeto.

Os parâmetros do histórico de ações municipais voltadas à preservação do patrimônio cultural, estabelecido pelo Edital, foram usados nas reuniões como roteiro para as entrevistas. Critérios como: “política municipal de proteção do patrimônio cultural”; “registro de bens materiais e imateriais na esfera municipal”; “ações de salvaguarda de bens protegidos”; “projeto ou programas de educação para o patrimônio”; “ações de divulgação/difusão do patrimônio cultural local”; entre outros, foram usados para entender a construção da trajetória municipal nas ações de preservação cultura.

Foram selecionados 8 municípios para essa fase de entrevistas e os critérios para essa seleção levaram em conta a análise dos seus projetos, a consistência nas informações fornecidas nas próprias propostas, a diversidade do patrimônio em destaque, os processos

metodológicos aplicados nas ações de Educação Patrimonial e a disponibilidade de informações sobre ações já executadas no campo do patrimônio na internet.

Entretanto, tivemos o retorno positivo de apenas quatro municípios gaúchos. Dois deles aceitaram conceder entrevistas por meios das idealizadoras dos projetos, e os outros dois forneceram as informações solicitadas e os vídeos de lançamento dos seus projetos. As respostas foram muito importantes para a pesquisa, pois, de certa forma, contemplaram todas as fases de execução dos projetos.

A primeira entrevista foi realizada com a Diretora-geral de Cultura do município de Campo Bom, Renata da Silva, idealizadora do projeto que tinha como proposição executar um tour histórico teatral e oficinas de culinária para valorizar a tradição gastronômica e todas as repercussões culturais inseridas nesse conceito. Durante a entrevista foi explicado como o município realiza a promoção e o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio cultural, iniciada, segundo a entrevistada, a mais de 30 anos em oficinas de Educação Patrimonial nas escolas. Um desses símbolos que inspirou o projeto foi o Pão de Laranja (orangebrot), transformado em patrimônio cultural do município em 2014. Patrimônio instituído integrante da culinária alemã como patrimônio Histórico-Cultural Imaterial do Município de Campo Bom, pela Lei Municipal³³ nº 4.191/2014, de 08 de julho de 2014, o Pão de Laranja representa as “tradições trazidas pela imigração alemã”. (Lei Municipal 4.191, 2014).

A Diretora-geral de Cultura do município de Campo Bom realizou adequações no projeto e solicitou o seu adiamento para o ano de 2021. Renata da Silva justificou esse pedido tendo como motivo a impossibilidade de realizar as atividades práticas do projeto, as oficinas culinárias com os alunos, o tour histórico teatral e o concurso gastronômico, no contexto da pandemia. Relatou ainda, que a culinária alemã é reconhecida pela comunidade local como “exemplar da cozinha germânica” e que o seu saber movimentava a economia municipal, atraindo visitantes para um turismo gastronômico.

Com o adiamento dos prazos para a execução do projeto, a Diretora-geral e a sua equipe continuam fazendo as adequações necessárias, pois ainda não foi iniciada a sua execução.

³³ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/c/campo-bom/lei-ordinaria/2014/420/4191/lei-ordinaria-n-4191-2014-institui-integrante-da-culinaria-alema-com-o-patrimonio-historico-cultural-imaterial-do-municipio-de-campo-bom?q=LEI+MUNICIPAL+N%C2%BA+4.191%2F+2014>> Acesso em: 02 de maio de 2021.

Figura 3 – Projeto de Educação Patrimonial de Campo Bom (Pão de Laranja)

 <p>O pão que virou patrimônio Receita é sucesso há quatro décadas</p> <p>DEBORA HENTZ O pão produzido pela doceira Lecy Brusius, filha de Oscar Blos e Yeda Fauth, descendentes de uma das primeiras famílias a se instalar no município, ainda é lembrado pelos moradores mais antigos. Com 83 anos, Lecy fala, com muito carinho da mãe, com quem aprendeu a cozinhar. "Lembro dela preparando o forno a lenha. Fico feliz que minha família esteja, agora, sendo reconhecida pelo OrangeBrod. Temos que mais pães de laranja voltarem a ser feitos!"</p> <p>Amiga da família, Débora Kehl Triewerler lembra da fama do doce: "Antigamente não existiam padarias e muitas pessoas procuravam Dona Lecy com pedidas de pães e bolos de aniversário. Tive um aniversário que a avó de uma criança levou um pão de laranja e não serviu aos convidados, pois o doce era tão bom que seria melhor guardar para a família."</p> <p><small>UMA NOVA VISÃO DE CAMPO BOM</small> JornalNH.com.br</p>	<p>Histórico do OrangeBrod</p> <p>A tradicional receita alemã foi desenvolvida e aprimorada dentro da família de Pedro Blos, 8º filho de Michel Blos e neto do imigrante Johannes Blos.</p> <p>Pedro Blos, oleiro de profissão, dedicou-se totalmente à sua família e comunidade. Casou-se em 1892 com Guilhermina Heldt, com quem teve sete filhos.</p> <p>Oscar Blos, nascido em 1902 foi o sexto filho do casal Pedro e Guilhermina. Em 1926, casou-se com Yeda Fauth. Como Pedro ficou morando com os pais para ajudar na olaria, Yeda aprendeu com a sogra os segredos da cozinha. Ela inclusive era contratada para preparar banquetes em Porto Alegre.</p> <p>Lecy Blos nasceu em 1930 e foi a segunda filha do casal Oscar e Yeda. Casou com Ervino Brusius em 1950 e teve dois filhos. Desde pequena, aprendeu com a mãe os segredos da cozinha e tornou-se uma das mais famosas doceiras da cidade em seu tempo. Entre as receitas que mais marcaram a comunidade está o Orangebrod, o Pão de Laranja. Ela preparava o Pão de Laranja com frutas do pomar da família Blos. Adaptou as tradicionais receitas alemãs aos ingredientes dos dias atuais. Manteve consigo utensílios de mais de 100 anos como uma faca que era a preferida para o descasque das laranjas. Em pesquisas realizadas, o Orangebrod da Lecy foi nomeado como um dos pratos típicos alemães da comunidade.</p>	<p>Provando e aprovando a lei...</p> <p>Na semana passada recebi a visita da minha amiga Débora Triewerler. Ela veio me trazer um <i>orangebrod</i> (pão de laranja). O <i>Orangebrod</i> que recentemente passou a ser Patrimônio Histórico Cultural através de lei municipal que foi aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito Faisal Karam. Depois de provada e aprovada a lei...</p>  <p>em diria mais, o <i>Orangebrod</i> de tão saboroso que é mereceria não apenas uma lei mas de uma estátua na entrada da cidade</p>
<p>Jornal NH, de 07 Ago 2014 Contracapa</p>	<p>Jornal A Gazeta Data: 17 Jul 2014 P. 03</p>	<p>Jornal A Gazeta Data: 17 Jul 2014 P. 02</p>
<p>Acervo: Fundação Cultural de Campo Bom – RS</p>		

A segunda entrevista foi realizada com a arquiteta Ingrid Arant, da Secretaria de Planejamento do município de Picada Café, idealizadora do projeto “Educando pelos caminhos do Patrimônio Cultural”. A entrevistada informou que a motivação para a realização do Projeto partiu da necessidade de retomada das ações de preservação no campo do Patrimônio Cultural local, fruto da trajetória das atividades realizadas no município desde o ano de 1995, e que, por alguns motivos, havia sido colocada em segundo plano.

Durante a entrevista também foi explicado como o município realiza a promoção e o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio cultural. A entrevistada citou ainda, a parceria iniciada em 2004 entre a Prefeitura de Picada Café e a consultora Ângela Sperb que, somada a experiência da professora Patrícia Hansen, contribuíram para essa trajetória por mais de 10 anos de atividades educacionais voltadas a preservação.

Ainda sobre o projeto, foram solicitadas adequações e o adiamento dos prazos, mas a execução está sendo realizada a contento, com previsão de encerramento até o mês de agosto de 2021. A primeira etapa do projeto previa uma capacitação de professores do ensino municipal e estadual, concluída em cinco módulos ainda em 2020, quatro deles na modalidade virtual e um módulo presencial realizado em dezembro. A segunda etapa necessitou de mais adequações, pois previa a construção de um inventário participativo e uma roda de memória. Como encerramento, está previsto o lançamento de um website, idealizado para promover a divulgação de todas as atividades do projeto e da própria trajetória de preservação cultural do Município de Picada Café.

Figura 4 – Projeto de Educação Patrimonial de Picada Café (Educando pelos caminhos do patrimônio)



As informações sobre os dois próximos projetos foram disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE. A historiadora Frinéia Zamin, do IPHAE, divulgou os links do Projeto “Memórias de São Francisco de Paula”, do Município de São Francisco de Paula; e o link do Projeto “Nossa gente! Unsere Leute”, do Município de Feliz, ambos concluídos e divulgados por meio das mídias sociais.

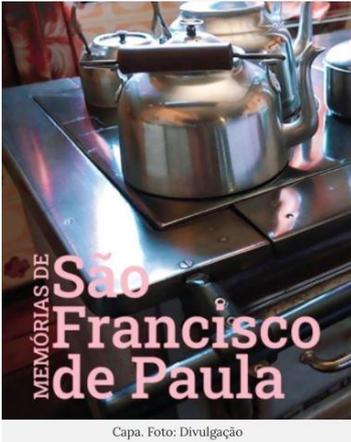
O projeto Memórias de São Francisco de Paula promoveu seis rodas de conversas em três locais que fizeram parte da história cultural do município: Hotel Cavalinho Branco e Lago São Bernardo, Escola José de Alencar e o Cinema e Hotel do Campo, na localidade de Cazuzza Ferreira. A ideia foi ouvir os relatos das pessoas da comunidade local e, com os seus depoimentos, reconstruir a história desses espaços por meio da memória individual e coletiva. Os conteúdos dessas conversas foram captados e editados em três mini documentários, entre 10 e 20 minutos. Além dos vídeos produzidos, ao final do projeto, foi lançado um livro escrito pela professora de história e doutora Cláudia Duarte, idealizadora do projeto.

Figura 5 – Projeto de Educação Patrimonial memórias de São Francisco de Paula

Link de acesso aos Mini documentários	Capa do Livro³⁴ Memórias de São Francisco de Paula. Lançamento: 20 DEZ 20
--	---

³⁴ Fonte:

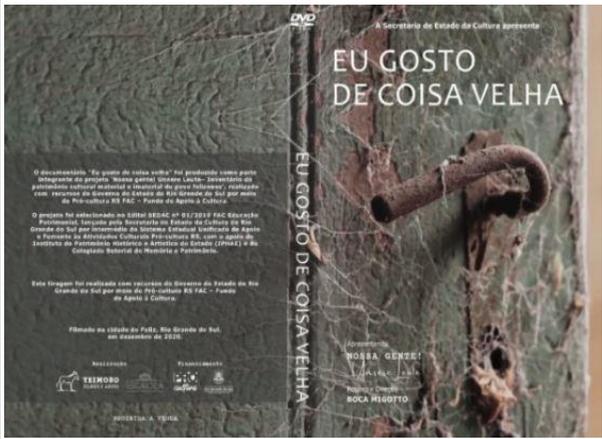
<<https://www.matinaljornalismo.com.br/rogerlerina/notas/live-de-lancamento-do-projeto-memorias-de-sao-francisco-de-paula/>> Acesso em: 02 de maio de 2021.

<p>https://youtu.be/hZeXZj08O7E (Vídeo de lançamento)</p> <p>https://youtu.be/pp0eQBfye4U (Parte - 1)</p> <p>https://youtu.be/xUyB5G6aF3o (Parte - 2)</p> <p>https://youtu.be/TF8kz44CxNg (Parte - 3)</p>	
---	--

O projeto “Nossa gente! Unsere Leute” foi pensado com o intuito realizar o inventário dos bens culturais que estão em iminente ameaça de desaparecimento no Município de Feliz. A prefeitura contratou uma consultoria, Escaiola Arquitetura Rara, para realizar a elaboração e a execução do projeto. A Educação Patrimonial foi trabalhada por meio do Inventário Participativo, buscando desta forma, registrar as referências culturais paisagísticas (naturais e construídas), as celebrações e a culinária, ainda presentes no dia a dia da comunidade.

Como forma de difundir o projeto “Nossa gente! Unsere Leute – Inventário do patrimônio cultural material e imaterial do povo felizense” foi produzido um curta metragem audiovisual referente às pesquisas realizadas. O documentário³⁵ “Eu gosto de coisa velha” foi lançado no dia 30 de março de 2021 e foi inscrito no Festival de Cinema de Gramado 2021, na modalidade curta metragem.

Figura 6 – Projeto de Educação Patrimonial Nossa gente! Unsere Leute - Mun. Feliz

Documentário “Eu gosto de coisa velha”. Lançamento: 31 Mar 21	Link de acesso ao documentário
	<p>www.youtube.com/watch?v=IGm1pbsharM</p> <p>(Completo)</p>

³⁵ Disponível para acesso: <<https://www.youtube.com/watch?v=IGm1pbsharM>>

Realização: Escaiola Arquitetura Rara; Roteiro e direção: Boca Migotto; e Produção: Teimoso Filmes e Artes.

Durante as entrevistas foram sendo desenhados um panorama local, que aponta uma dificuldade de se desenvolver um trabalho a longo prazo nas gestões municipais. Problemas recorrentes em outros Municípios, nos outros Estados e no Governo Federal, que aponta para uma possível mudança de rumo a cada processo eleitoral.

Outro ponto a se considerar, na esfera municipal, são os poucos recursos próprios destinados à preservação do Patrimônio Cultural e às ações de Educação Patrimonial sob suas administrações. É praticamente impossível para os municípios menores desenvolver qualquer ação sem o auxílio do Estado ou da União.

O Edital da SEDAC, uma das fontes estudadas neste trabalho, pode ser usada como exemplo para contextualizar essa situação. Dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, apenas 32 foram contemplados com verbas provenientes desse concurso para promover ações de Educação Patrimonial. Situações como essa são recorrentes e bastante prejudicial para os municípios que precisam interromper suas ações de Educação Patrimonial por causa de recursos escassos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das justificativas das concepções de patrimônio cultural explicitadas nos projetos de Educação Patrimonial, inscritos no Edital de Concurso Pró-cultura da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul - SEDAC nº 01/2019 - Fundo de Apoio à Cultura (FAC), foi possível construir algumas reflexões provisórias sobre o patrimônio e a educação nas ações de alguns municípios do Rio Grande do Sul.

A partir deste estudo, a presente pesquisa procurou analisar os projetos municipais vencedores do concurso Pró-cultura no Rio Grande do Sul, em 2019, buscando identificar, as concepções, o patrimônio em destaque e, a sua relação com as ações de Educação Patrimonial.

O Edital 01/2019 da Secretaria de Estado da Cultura, elaborado para promover o acesso e a apropriação das comunidades ao seu patrimônio cultural por meio de ações de Educação Patrimonial, foi o primeiro objeto de análise desse trabalho. A partir dele podemos verificar qual seria a proposta e, conseqüentemente, o alcance dos projetos municipais, orientando assim o que seria desenvolvido na pesquisa.

As informações sobre os projetos municipais vencedores do concurso Pró-cultura no Rio Grande do Sul, em 2019, foram retiradas do Portal da Transparência do Estado, que somado ao Edital do próprio concurso, serviram como fontes para as análises desse trabalho. Buscamos também utilizar com fonte os formulários de inscrição dos projetos, mas o acesso foi obstaculizado pela diretoria de fomento da SEDAC.

A análise dos projetos permitiu compreender que a herança cultural, associada à ascendência europeia na formação do Rio Grande do Sul, ainda exerce influência nas concepções de patrimônio nos municípios pesquisados. Essa tendência, com características atribuídas a hegemonia eurocêntrica, acaba por subalternizar memórias vinculadas aos grupos sociais.

Também foi possível observar que nos projetos foram propostas ações de Educação Patrimonial que buscaram visibilizar sujeitos e patrimônios subalternizados, rompendo a continuidade das ações com os patrimônios de pedra e cal. Esses processos, desenvolvidos com a participação e o diálogo com a comunidade é um passo importante para ressignificar a ideia de herança, focando nas referências culturais.

É certo que há nas fontes elementos da herança cultural, da memória, das identidades, da tradição culinária, da língua materna, da arquitetura, da paisagem, entre outros, que conferem uma continuidade representativa do padrão europeu, cristão e branco. Foi essa a

política de valorização do patrimônio realizada pelo IPHAN no passado, mas hoje tem sido questionada. Por isso, quando comparamos as ações propostas nos projetos de Educação Patrimonial do Concurso Pró-cultura 2019 com o que se propõe nos debates acadêmicos mais atuais sobre essas atividades, percebemos avanços importantes, mesmo que apresentem continuidades, há rupturas. A participação da comunidade, com propostas que representam as suas referências culturais é uma delas.

Entretanto, alguns projetos representam uma continuidade. As oficinas de formação podem representar a prática da “alfabetização cultural”, tão combatida, mas frequentemente usadas como ações de Educação Patrimonial dos processos analisados.

Embora este trabalho apresente suas reflexões provisórias fundamentadas nas propostas dos projetos vencedores do concurso Pró-cultura, acompanhar a execução dos projetos seria importante para ratificá-las ou produzir novas conclusões. Outra questão que poderia contribuir para ampliar as reflexões seria o uso dos formulários de inscrição das propostas de todos os projetos. O documento não foi disponibilizado pela Secretaria de Estado da Cultura, mesmo depois de vários contatos com a Diretoria de Fomento.

Um fator que limitou as pesquisas, influenciando nas execuções das atividades de Educação Patrimonial, foi a pandemia do Covid-19. Nesse sentido, os projetos vencedores precisaram ser readequados, prorrogados e, em alguns casos, cancelados. Por isso, algumas conclusões só foram possíveis mediante a realização de entrevistas.

Além dos aspectos levantados neste trabalho, outras abordagens poderiam ser utilizadas de forma transversal. Avalio que pesquisar o patrimônio considerando referências culturais dos povos originários do Rio Grande do Sul seria bastante relevante e poderia colaborar para um debate mais amplo sobre o patrimônio cultural. Assim, poderíamos considerar outros valores da cultura de um grupo constantemente invisibilizados.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, João Paulo Pereira do. Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial. IPHAN, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, Educação e Interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade & natureza**, v. 20, n. 2, p. 135-155, 2008.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. O patrimônio cultural e o protagonismo indígena na Constituinte de 1987/88. Entrevista com Ailton Krenak. **Horizontes Antropológicos**, n. 51, p. 371-389, 2018.
- CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23, p. 95-115, 1994.
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003.
- CURY, Isabelle. Cartas patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DE CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim. **Revista CPC**, n. 16, p. 119-135, 2013.
- DROPA, Marcia Maria. A narrativa dos idosos; análise a partir de Walter Benjamin: uma contribuição para a educação patrimonial. Ponta Grossa, 2016.
- FERREIRA, Maria Ines Caetano; DA SILVA SANTOS, Walkyria Chagas. Deixa a gira girar: proteção e preservação do patrimônio cultural das religiões afro-brasileiras. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 63-86, 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.
- FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006. p. 7-60

- GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017). **Clio. Recife, PE. Vol. 31, n. 1 (jan./jun. 2020), 107-127, 2020.**
- HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- KRENAK, Ailton. Paisagens, territórios e pressão colonial. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327-343, jul./dez. 2015.
- MACIEL, Maria Eunice de Souza. Patrimônio, tradição e tradicionalismo: o caso do gauchismo, no Rio Grande do Sul. **Mneme: revista de humanidades.** Natal, RN. Vol. 7, n. 18 (out./nov. 2005), p.[1-20], 2005.
- MEINERZ, Carla Beatriz. **Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais.** Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 59-77, jan./mar. 2017.
- MORAES, Leo Francisco Siqueira de. “Filho de santo de bombacha, Ogum comendo churrasco”: O Batuque de Porto Alegre como patrimônio cultural afro-brasileiro (1982-2018). Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre, 2020.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Recife: UFPE, 2002.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco-Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n. 3, p. 4-14, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. V. 5, n. 10, 1992.
- SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 14-31, 2019.
- SILVEIRA, Flávio L. A.; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, p. 81-97, 2007.
- SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, n.19. São Paulo: CPC/USP, p.80-108, jun. 2015.
- TOLENTINO, Átila Bezerra O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático de

Educação Patrimonial, João Pessoa: IPHAN/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, n. 3, p. 38-48, 2016.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, p. 41-60, 2018.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 249-261.

ZAMIN, Frinéia. Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o estado. 2006.

ANEXOS

(Anexo 1)

Formulário Padrão (Anexo I) do Edital nº 01/2019 SEDAC

Edital SEDAC nº 01/2019

Edital de Concurso “FAC Educação Patrimonial”

1. PREFEITURA MUNICIPAL PROPONENTE

Prefeitura Municipal		CEPC
Endereço eletrônico (e-mail)		Telefone
Servidor municipal responsável pelo projeto		Telefone

Leia todo o formulário antes de iniciar o preenchimento, observando as instruções. Evite repetir informações. Caso seja necessário, é possível inserir novas linhas em cada subtítulo, mas não acrescente novos subtítulos. Após o preenchimento, salve o arquivo em formato .pdf para posterior anexação à inscrição do projeto.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto
Finalidade Marque com um X a finalidade selecionada: () Educação Patrimonial R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) () Educação Patrimonial R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) () Educação Patrimonial R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
Contrapartida Preencha com o valor da contrapartida mínima obrigatória e a que será disponibilizada (caso seja o mesmo valor da contrapartida mínima obrigatória, deve-se repetir o valor). Contrapartida mínima: R\$ Contrapartida a ser disponibilizada: R\$
Valor total do projeto cultural: Preencha com o somatório dos valores, considerando a finalidade mais a contrapartida disponibilizada. R\$

3. APRESENTAÇÃO

<p>Apresente a iniciativa proposta, descrevendo de forma clara e objetiva o que pretende realizar. Apresente um resumo com as informações imprescindíveis. Lembre-se de que seu projeto não pode ser atrelado a nenhuma data pré-estabelecida.</p>
--

4. METAS E AÇÕES

Linha de ação
7.1.1 Ações educativo-culturais de valorização e difusão do Patrimônio Cultural e da Memória das comunidades
7.1.2 Ações educativas de proteção/salvaguarda, pesquisa e promoção do patrimônio e das referências culturais das

comunidades		
7.1.3 Ações educativas de capacitação voltadas à Educação para o Patrimônio		
Linha de Ação	Atividades relacionadas	Quantidade
Defina a(s) linha(s) de atuação do projeto cultural e relacione as atividades a serem realizadas no projeto e suas respectivas quantidades, de acordo com o item 7.1 do Edital. Para preencher mais atividades, adicionar mais linhas ao quadro.		

5. JUSTIFICATIVA

Justifique seu projeto, levando em consideração os objetivos do Edital, as atividades a serem executadas e os critérios de pontuação previstos.

6. RETORNO E CONTRAPARTIDA DE INTERESSE PÚBLICO

<p>Descreva como será realizada a ação de retorno e contrapartida de interesse público exigida pelo Edital, no item 7.2.a: “realizar um evento público e gratuito destinado à promoção e difusão dos bens e referências culturais do município, onde deverão ser apresentados à população o projeto desenvolvido e os resultados obtidos. O evento deverá ser realizado em dia não letivo, em dois turnos”</p> <p>A previsão de doação de 5% dos materiais reprodutíveis à Sedac (item 7.2.b do Edital) deverá constar apenas no Plano de Trabalho, quando do conveniamento.</p>

7. FICHA TÉCNICA

<p>Informe a relação dos principais servidores municipais que irão integrar a equipe principal responsável pela execução dos aspectos técnicos do projeto cultural. Podem ser inseridas outras caixas de texto. Descreva as atribuições de cada profissional para o desenvolvimento da proposta (função), e inclua os respectivos contatos e o currículo resumido.</p>
Nome completo
Função
Contato (telefone e e-mail)
Currículo resumido
Nome completo
Função
Contato (telefone e e-mail)
Currículo resumido
Nome completo
Função
Contato (telefone e e-mail)
Currículo resumido

8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Etapa	Duração (dias)	Período (Mês)									Valor Estimado (R\$)
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
Início da realização do projeto a contar da publicação da súmula do convênio	1	x									Sem custo
<p>Demonstre o planejamento para a execução do projeto. Busque comprovar a viabilidade e exequibilidade do cronograma físico-financeiro proposto.</p> <p>Etapas: liste todas as etapas necessárias, informando o valor estimado de cada uma.</p> <p>Duração: Informe a quantidade de dias necessários para a execução da atividade relacionada.</p> <p>Período: Distribua, no tempo, a execução das atividades, marcando com um x o período (mês) relacionado. O 1º período corresponde ao início das atividades de execução, a contar da data da publicação da súmula do convênio.</p> <p>Valor estimado: Corresponde ao valor a ser aplicado em cada uma das etapas definidas.</p>											

9. METODOLOGIA

<p>Descreva de que forma será desenvolvido o projeto. Apresente informações complementares sobre o modo de execução, especificações técnicas sobre os procedimentos a serem adotados, inclusive as estratégias de divulgação.</p>

10. HISTÓRICO DE AÇÕES VOLTADAS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

<p>Para obter a pontuação do critério extra do Edital (subitem 9.3), descreva as ações municipais voltadas à preservação do patrimônio cultural, tais como: a) política municipal de proteção do patrimônio cultural; b) realização de despesas e investimentos financeiros em bens culturais protegidos; c) tombamento de bens materiais, na esfera municipal; d) registro de bens imateriais, na esfera municipal; e) ações de salvaguarda de bens protegidos; f) projetos ou programas de educação para o patrimônio nas diversas áreas de desenvolvimento; g) ações de divulgação/difusão do patrimônio cultural local; h) Conselho Municipal de Patrimônio e/ou Conselho Municipal de Cultura com atuação na área Patrimonial; i) educação patrimonial no currículo da rede municipal de ensino.</p> <p>Caso julgue necessário apresentar documentos comprobatórios das ações acima mencionadas, o proponente deve anexá-los ao Sistema (outros anexos) ou informar o link para acesso no campo "LINKS".</p>

11. LINKS

<p>Indique, se for o caso, <i>links</i> que remetam à exibição de arquivos relativos ao projeto proposto. Descreva brevemente o conteúdo.</p>	
<i>Link</i>	Descrição
<i>Link</i>	Descrição

(Anexo 2)

Tabela informativa com os critérios de seleção dos projetos do Edital nº 01/2019 da SEDAC

CRITÉRIOS (0 a 5 pontos)	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Coerência entre a(s) ação(ões) propostas(s) e os objetivos do Edital.	3	15
b) Planejamento do projeto (clareza, viabilidade, exequibilidade e suficiência técnica), capacidade técnica do proponente e da equipe.	3	15
c) Inovação e originalidade.	2	10
d) Oportunidade para financiamento e relação custo-benefício do projeto.	3	15
e) Perspectiva de continuidade das ações propostas.	2	10
f) Importância das ações propostas para a comunidade local .	3	15
g) Estímulo ao protagonismo de grupos/comunidades em situação de vulnerabilidade social.	2	10
h) Estímulo à difusão de conhecimento, práticas e saberes culturais.	2	10
Total	-	100
CRITÉRIO EXTRA (0 a 5 pontos)	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Histórico de ações municipais voltadas à preservação do patrimônio cultural.	2	10